



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

**VII Legislatura**

**Número: 68**

**III Sessão Legislativa**

**Horta, Quarta-feira, 19 de Fevereiro de 2003**

**Presidente:** *Deputado Fernando Menezes*

**Secretários:** *Deputados António Loura (substituído no decorrer da Sessão pela Deputada Natividade Luz) e Raúl Rego*

#### Sumário

*(Os trabalhos tiveram início às 15 horas e 20 minutos)*

Período de Antes da Ordem do Dia:

Após a apresentação da correspondência e expediente entrados na Mesa da ALRA, proferiram intervenções de interesse político relevante os Srs. Deputados Manuel Silveira (*PS*), Bento Barcelos (*PSD*), Artur Lima (*PP*), Clélio Meneses (*PSD*), Dionísio Sousa (*PS*), António Loura (*PS*), Sérgio Ferreira (*PSD*), João Cunha (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), José Nascimento Ávila (*PS*), Lizuarte Machado (*PS*), Osório Silva (*PS*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*).

**Período da Ordem do Dia:**

O primeiro ponto da ordem de trabalhos tratou da **apreciação do veto de Sua Exa. o Ministro da República, relativamente ao Decreto Legislativo Regional nº 32 –**

**“Adaptação à RAA da Lei nº 92/95, de 12 de Setembro, alterada pela Lei nº 19/2002, de 31 de Julho.**

Usaram da palavra os Srs. Deputados José Decq Mota (*PCP*), Vasco Cordeiro (*PS*), José Manuel Bolieiro (*PSD*) e Paulo Gusmão (*PP*).

Submetida à votação a confirmação do diploma, a mesma registou 23 votos a favor do PS, 11 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 5 votos contra do PS, 2 votos contra do PSD, 2 votos contra do PCP, 4 votos de abstenção do PSD e 1 voto de abstenção do PS.

Proferiram declarações de votos os Srs. Deputados José Decq Mota (*PCP*), Paulo Gusmão (*PP*) e José Manuel Bolieiro (*PSD*).

O segundo ponto da ordem de trabalhos foi constituído pela **Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre “Constituição e manutenção das reservas de segurança de produtos de petróleo.”**

Feita a apresentação do diploma pelo Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*), usou da palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado (*PS*) e o Sr. Deputado Francisco Sousa (*PS*), tendo sido a mesma aprovada por unanimidade, tanto na generalidade como na especialidade.

Em seguida, foi aprovada por unanimidade a **Proposta de Decreto Legislativo Regional que “aplica à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei nº 521/99, de 10 de Dezembro (regime da instalação de gás combustível em imóveis).**

Sobre a mesma, usaram da palavra o Sr. Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*), a quem coube a apresentação do diploma, e os Srs. Deputados José Decq Mota (*PCP*) e Dionísio Sousa (*PS*).

O penúltimo ponto da ordem de trabalhos, a **Proposta de Decreto Legislativo Regional – desafectação do regime florestal de uma parcela de terreno baldio no núcleo florestal da Achada, no perímetro florestal da Ilha Terceira**, também mereceu a unanimidade da Câmara.

Feita a sua apresentação pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Ricardo Rodrigues*), usaram da palavra os Srs. Deputados Francisco Oliveira (*PS*) e Bento Barcelos (*PSD*).

Finalmente, iniciou-se o debate do **Projecto de Decreto Legislativo Regional**, apresentado pelo PCP, que “**cria o Conselho Consultivo para a Reconstrução**”.

Procedeu à sua apresentação o Sr. Deputado José Decq Mota (*PCP*), seguido das intervenções dos Srs. Deputado Costa Pereira (*PSD*) e Vasco Cordeiro (*PS*).

Atingida a hora regimental para encerramento dos trabalhos, a continuação do debate ficou agendada para o dia seguinte.

*(Os trabalhos terminaram às 20 horas)*

**Presidente:** Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, boa tarde.

*(Eram 15 horas e 20 minutos)*

Agradeço que ocupem os vossos lugares.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada dos Srs. Deputados.

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:*

**Partido Socialista (PS)**

**António** José Tavares de **Loura**

**Dionísio** Mendes de **Sousa**

**Fernando** Manuel Machado **Menezes**

**Fernando** Rosa Rodrigues **Lopes**

**Francisco** Cardoso Pereira **Oliveira**

**Francisco** Couto de **Sousa**

**Francisco** Sérgio Frade Frota Tavares **Barros**

**Gilberta** Margarida de Medeiros Pavão Nuno **Rocha**

**Hernâni** Hélio **Jorge**

**José** Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

**José** de Sousa **Rego**

**José** **Humberto** Medeiros **Chaves**

**José do Nascimento de Ávila**  
**Lizuarte Manuel Machado**  
**Luís Paulo de Serpa Alves**  
**Manuel Avelar da Cunha Santos**  
**Manuel Fernando Soares de Oliveira Campos**  
**Manuel Soares da Silveira**  
**Maria Fernanda da Silva Mendes**  
**Maria da Natividade da Luz**  
**Nélia Maria Pacheco Amaral**  
**Nuno Alexandre da Costa Cabral Amaral**  
**Osório Meneses da Silva**  
**Paulo Manuel Ávila Messias**  
**Renato Luís Pereira Leal**  
**Vasco Ilídio Alves Cordeiro**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**Aires António Fagundes Reis**  
**António Bento Fraga Barcelos**  
**Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses**  
**Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas**  
**Humberto Trindade Borges de Melo**  
**João Manuel Bettencourt Cunha**  
**Jorge Alberto da Costa Pereira**  
**José Francisco Salvador Fernandes**  
**José Manuel Cabral Bolieiro Dias**  
**Luís Henrique de Aguiar Sequeira de Medeiros**  
**Manuel Ribeiro Arruda**  
**Mark Silveira Marques**  
**Raúl Aguiar Rego**  
**Sérgio Manuel Bettencourt Ferreira**  
**Victor do Couto Cruz**

***Partido Popular (PP)***

**Artur Manuel Leal Lima**

**Paulo Domingos Alves de Gusmão**

***Partido Comunista Português (PCP)***

**José Eduardo Bicudo Decq Mota**

**Paulo António de Freitas Valadão**

**Presidente:** Estão presentes 45 Srs. Deputados.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos proceder à leitura da correspondência que entretanto chegou à Mesa.

**Secretário** (*António Loura*): Da Presidência do Governo, envio da Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 6/2003, “Cria o Fundo Regional do Emprego”.

**Secretário** (*Raúl Rego*): Do Ministro da República, para audição dos órgãos de Governo próprio, envio do Projecto de Decreto-Lei que transpõe para a ordem jurídica nacional, a Directiva nº 199/74/CE, do Conselho, de 19 de Julho, relativa à protecção das galinhas poedeiras e a Directiva nº 2002/4/CE, de 30 de Janeiro, relativa ao registo de estabelecimento de criação de galinhas poedeiras.”

**Presidente:** Apresentada a correspondência, a mesma encontra-se ao vosso dispor.

Vamos entrar o período destinado às **intervenções de interesse político relevante para a Região**.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira.

**Deputado Manuel Silveira** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O queijo de São Jorge é sem dúvida, uma obra prima dos queijos nos Açores. Eu até diria mais, é um dos melhores feitos de leite cru do mundo!

Os nossos antepassados, ao longo dos anos, foram aperfeiçoando as técnicas do seu fabrico, foram criando experiência e, mais recentemente, substituiu-se a raça das

vacas para produzirem mais leite, com mais gordura e proteína, pois com a inseminação artificial tudo isto é possível.

No entanto, com o passar dos anos, foi-se descurando uma coisa quanto a mim essencial: as vacas são herbívoros, que quer dizer, animais que se devem alimentar preferencialmente de erva.

A orografia da ilha de São Jorge e das suas pastagens é uma parte essencial na produção do seu queijo tradicional.

Fazer queijo com leite cru exige o máximo de cuidado, desde a ordenha, que tem de ser feita sem qualquer pressa e com toda a atenção, úberes e tetos muitos limpos, máquina de ordenha lavada, desinfectada e bem regulada, pois esta é a operação inicial do nosso queijo.

O transporte para a fábrica, ao contrário da ordenha, tem de ser o mais rápido possível, para que as bactérias não se desenvolvam em excesso.

Chegando o leite à fábrica, quem lá trabalha, tem de ter também muito cuidado, pois a higiene é uma das maiores exigências que nunca é demais na fábrica.

Outro dos factores que é responsável pela perda de muitas centenas de quilos de queijo é o horário de trabalho. O verdadeiro queijo da ilha de São Jorge não tem hora de ser feito, é quando as bactérias assim o determinam.

Este é um processo muito complexo com o qual muitos lavradores e empregados fabris não se identificam, só que quando as coisas não são feitas desta forma algo corre mal.

O nosso queijo, quando é bom, é uma mais valia para o agricultor, para a Ilha e um dos produtos regionais mais conhecidos a nível mundial.

O nosso agricultor tem de respeitar tudo isto, contribuindo desta forma para um produto de superior qualidade, obtendo, assim, para si e para a sua família, maior rendimento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

São Jorge pode ser uma ilha com muito futuro também no turismo, pois tem uma beleza que as pessoas que nos visitam admiram, ficando muitas vezes com vontade de cá voltar.

O nosso povo é acolhedor, os nossos trilhos pedestres são lindíssimos, já temos alguma capacidade hoteleira, podemos dizer que temos um bom hotel e algumas boas residenciais.

Também temos unidades de turismo rural, uma boa rede de estradas, a nossa restauração vai-se aperfeiçoando. Nota-se que falta, no entanto, alguma formação, mas creio que tudo se conjuga para que os turistas nos visitem cada vez mais.

Temos, no entanto, várias limitações que eu considero importantes:

O vento norte no aeroporto, como todos sabemos, é uma limitação que vamos ter de viver com ela.

Este é o ano em que finalmente vamos ter obras na aerogare, já que a existente se vai degradando. Esta remodelação é uma obra há muito desejada pela população da Ilha e que, graças ao Governo do Partido Socialista, se vai concretizar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O porto comercial de S. Jorge é, neste momento, a maior limitação para o desenvolvimento desta ilha. A nossa esperança é que venha a ser aumentado o mais rapidamente possível.

Estamos convencidos que, as melhorias propostas por nós, deputados do Partido Socialista de S. Jorge, que lhe vão ser introduzidas a breve trecho, nomeadamente o aumento do parque de contentores e a estrada de acesso, vão criar mais espaço dentro do porto.

Eu, deputado eleito por esta ilha, muitas vezes já o fui observar. Quando estão operando vários navios, eu fico aflito com a confusão que lá se instala. Penso que temos tido muita sorte em não se magoarem pessoas! SÓ VENDENDO! São pessoas, contentores, máquinas, tudo ao mesmo tempo, naquele pequeno espaço. É efectivamente muito complicado.

Mais complicado se torna quando um dos navios tem de sair para dar lugar à entrada de um de passageiros, pois o porto está cheio de contentores, os carros a circular numa total anarquia, os passageiros misturados pelo meio. Às vezes, penso: QUE TRISTE CARTAZ TURÍSTICO!

Ao nível das pescas, o porto comercial de S. Jorge também tem muitas limitações, sendo a falta de espaço, sem dúvida uma das maiores. Por vezes, acontece que os

barcos dos pescadores, quando chegam da faina da pesca, ficam às voltas sem ter um lugar para atracar e descarregar o pescado.

Finalmente, conseguiram, graças ao Governo do Partido Socialista, ter uma boa grua, quer nas Velas quer na Calheta e também já têm excelentes casas de aprestos nestes dois portos.

O porto comercial de S. Jorge está com os problemas que se vêem porque este governo apostou, e bem, no turismo. Aumentaram os transportes marítimos inter-ilhas. Nos tempos do PSD e dos seus Governos quase não tínhamos turistas em S. Jorge por esta via. Graças a Deus e às pessoas desta Região que, com o seu voto, puseram fim à estagnação em que se vivia, passando-se a viver agora com os olhos postos no futuro.

Estou muito satisfeito com os nossos pescadores. Finalmente já se conseguiram organizar e têm a sua associação em pleno funcionamento. Só espero que consigam as suas pretensões junto da União Europeia.

### **É urgente o aumento do porto comercial de S. Jorge!**

Se queremos apostar no Turismo, temos que oferecer outro tipo de serviço a quem nos visita: a chegada é muito importante, se o turista for bem recebido, é meio caminho para o sucesso.

Existe ainda mais uma obra que faz falta em S. Jorge: é a nossa marina. A sua inexistência como é evidente, limita o Turismo.

Falta-nos, pelo menos, um parque de campismo na Vila das Velas, estrutura muito importante sobretudo na altura das festas Municipais.

Também acho muito importante, que se resolva, de uma vez por todas, o abastecimento de água às populações do Concelho de Velas. Verdade seja dita! Já se vêem algumas obras nesse sentido!

Vencidas estas dificuldades, eu penso que o Turismo em São Jorge vai ter futuro e vai ser também futuro de muitas pessoas.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

**Presidente:** Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

**Deputado Bento Barcelos (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não se trata de requestrar o assunto, mas sim de trazer ao Parlamento e ao Governo Regional a voz de muitos Terceirenses, que estão francamente descontentes com o serviço público de fornecimento de energia eléctrica.

Nem querem culpabilizar os funcionários mas sim a empresa EDA-SA, que detém o monopólio desse serviço público e principalmente o Governo Regional, que no exercício das suas responsabilidades tem a tutela política sobre a empresa, define os princípios orientadores da sua acção e deve fazê-los cumprir, dando corpo a uma política energética que deve dar especial atenção à qualidade do fornecimento de energia eléctrica que é servida aos Açorianos, aos consumidores deste bem de primeira necessidade.

E das duas uma, ou o Governo não deu orientações e condições à EDA para investir nessa área, ou a empresa não o cumpriu e estará sempre o Governo Regional na primeira linha da responsabilidade por essa situação.

Os Terceirenses sabem muito bem o que é que representa de incómodo, de dificuldade, de prejuízo económico e de transtorno profissional, pessoal e familiar os sucessivos cortes de energia eléctrica.

Não fora a existência de outros parâmetros de desenvolvimento e níveis de conforto, bem superiores à qualidade da energia eléctrica, os Terceirenses viveriam ainda num patamar de subdesenvolvimento condicionante do seu esforço de progredir.

Com o investimento no sector económico da hotelaria e restauração, com a utilização crescente de equipamentos e maquinarias accionadas pela energia eléctrica, nas empresas do comércio, da indústria, dos serviços e até mesmo na administração pública, com a indispensável utilização dos electrodomésticos, que são cada vez mais solicitados e o crescimento do parque habitacional, como podem os Terceirenses encarar o futuro com mais desenvolvimento económico e social, se a EDA não estiver à altura de fornecer, com qualidade, a energia eléctrica?

Os Terceirenses estão preocupados, até mesmo revoltados e indignados e a opinião pública, através dos órgãos de comunicação social, disso dá conta.

Os títulos dos jornais locais bem evidenciaram as vozes das populações. Em Novembro lia-se “Avaria na distribuição provoca cortes de luz”, “EDA aposta em mandar-nos para o tempo das cavernas”, “Cortes de Energia por tudo e por nada”, “Avaria na distribuição provoca cortes de luz”, “Faltas de luz na Terceira”.

E em Dezembro leu-se “Abastecimento de energia em situação de catástrofe”, “Energia eléctrica na Terceira ao nível do terceiro mundo”, “Calamidade pública (título de um editorial)”, etc., etc.

De facto, os Terceirenses não podem estar indiferentes aos cortes de luz que se verificaram e verificam, quase todos os meses, tal como aconteceu ontem e anteontem, durante horas, pelo menos em algumas zonas da ilha e numa freguesia ou outra por mais de uma vez.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Será de referir que na década de 80 o Governo Regional de então deu orientações à EDA, no sentido de efectuarem-se grandes investimentos, nessa fase ao nível da produção e do transporte de energia, com a construção da nova Central do Belo Jardim, inaugurada em 1983 (e sucessivamente reforçada na capacidade de produção), da subestação da Vinha Brava em 1990, que mais tarde viria a receber, através de duas linhas de transporte de 30 KW, directamente da Central do Belo Jardim, energia para distribuir na Zona da Cidade de Angra e arredores, o centro de maior consumo de energia até agora, mas ainda não é suficiente.

Assim, uma das conclusões a que podemos chegar, de acordo com as informações que nos foram prestadas, é a de que faltaram grandes investimentos na Ilha Terceira, ao nível da rede de média tensão, com capacidade para distribuir a energia com qualidade, já que encontra-se em avançado estado de desgaste e deterioração e não foi substituída e ampliada, como deveria ter sido, ao longo dos últimos anos.

Ou seja, o problema essencial, causa dos frequentes cortes de energia na ilha Terceira, está essencialmente em fazê-la chegar às casas dos Terceirenses, das empresas, dos serviços públicos e privados, enfim, dos clientes da EDA.

Contudo, também haverá problemas na produção? Conforme informações obtidas, a produção eléctrica está nos limites, não há tempos de pausa, excepto, para a manutenção indispensável, sendo por vezes esta adiada.

O Governo Regional tem estado publicamente calado quanto a esta matéria indispensável para a Ilha Terceira, que é uma das ilhas pior servidas, em termos de qualidade de energia, o que evidencia uma deficiente opção política do Governo quanto à Ilha Terceira, que é a segunda maior em termos de população, actividades económicas e serviços.

Por isso, a nossa crítica maior dirige-se ao Governo Regional por não ter levado a EDA a investir mais na Ilha Terceira durante estes anos, dado que, manifestamente se evidencia que os investimentos feitos foram insuficientes e tardios.

Perante as críticas em relação a situações quase análogas às de 2002, verificadas em 2001 e anos anteriores, proferidas pela Câmara do Comércio, por responsáveis políticos, autarcas, comunicação social, as culpas foram injustamente dirigidas pela Administração da EDA para os trabalhadores e chefias da empresa na ilha Terceira e o Governo manteve-se calado.

Perante a Proposta de Resolução da iniciativa do PP, presente ao Parlamento, no ano passado, que recomendava ao Governo Regional uma avaliação sobre as causas dos cortes de energia na Ilha Terceira e fizesse a EDA tomar medidas que garantisse que as anomalias fossem corrigidas, a Comissão de Economia concluiu, com os votos dos deputados do PS, ao contrário das posições da oposição: “...que não se justifica nem tem fundamentos suficientes, a recomendação proposta uma vez que, por um lado, a EDA, S.A já procedeu ao diagnóstico das causas que estão na origem dos cortes do fornecimento de energia eléctrica ocorridos na Ilha Terceira, estando em curso os investimentos necessários e suficientes para garantir o regular fornecimento de energia...”.

Isto chama-se camuflar a situação.

Perante artigos de opinião, publicados ao longo de 2002 na imprensa local Terceirense, do poder regional não vimos uma reacção.

Perante a Sessão de Perguntas ao Governo Regional em sede deste Parlamento, pelos diferentes Grupos Parlamentares, verificada no ano passado, o Governo não assumiu politicamente uma posição mais incisiva sobre o problema.

Perante o Requerimento, que os Deputados do PSD eleitos pelo círculo eleitoral da Ilha Terceira, formularam ao Governo, sobre especificamente “Cortes de Energia Eléctrica na Ilha Terceira”, presente em 31/Out/2002, o silêncio do Governo manteve-se até ao mês passado, às vésperas do Plenário deste Parlamento, e não trouxe grandes novidades e certezas.

Faltou em todo este processo, durante estes anos e isso é o que mais criticamos, o esclarecimento cabal da situação da produção e distribuição de energia eléctrica nesta ilha, faltou a abordagem transparente junto da opinião pública desta matéria, faltou o tratamento do assunto com toda a verdade, nua e crua. Se tal tivesse acontecido, já as críticas não eram necessárias, já se tinha resolvido alguns dos actuais problemas e não tinham vindo a público mitigadamente desculpas e desculpzinhas por cada interrupção de energia mais grave.

Faltou coragem política ao Governo Regional para enfrentar com frontalidade a questão perante os Terceirenses.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sabemos que 60 a 70% de rede de média tensão, o que corresponde a 300 Km, está em grande deterioração, que a Ilha Terceira precisa de grandes investimentos a este nível, que torna-se necessário encurtar o período de tempo para os efectuar, para trazer modernização, fiabilidade e qualidade ao serviço público que a EDA tem a responsabilidade de prestar aos Terceirenses.

Sabemos que uma nova subestação está a ser construída em Angra e outros pequenos empreendimentos estão em curso, mas a Ilha Terceira precisa de outra prioridade nos investimentos energéticos.

Sabemos, que da colaboração do Governo da República, através do Orçamento do Estado e da acção muito construtiva da ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, nos termos do Decreto-Lei nº 69/2002 e os Regulamentos aplicados à

Região, verificar-se-á um salto qualitativo na convergência tarifária nacional a concretizar em 2003, com a descida das tarifas e a disponibilidade financeira para a realização de investimentos no sector, nas áreas mais carenciadas, a começar ainda este ano. Mas quais?

Os Terceirenses querem saber, em concreto e sem rodeios, quais os investimentos que vão ser feitos este ano no sistema de transporte e distribuição de energia eléctrica? Quais as zonas da ilha abrangidas? Qual o aumento, em percentagem, da modernização e operacionalização da rede?

Por outro lado, são muitos os casos de clientes que ficaram gravemente lesados, com prejuízos consideráveis em equipamentos eléctricos, em consequência dos cortes de energia e da flutuação da tenção eléctrica, que reclamaram e reclamam, e a EDA não tem assumido as suas responsabilidades, numa atitude quase generalizada, o que não é aceitável.

A EDA deve esclarecer bem os consumidores sobre os cortes ou outros problemas com o serviço que tem obrigação, em regime de monopólio prestar, deve assumir os prejuízos dos consumidores consequentes dessas situações anómalas e deve saber pedir desculpa quando não estiver à altura do serviço público que presta e acima de tudo exercê-lo com qualidade.

Os Terceirenses exigem do Governo respostas claras e comprometidas a estas questões.

Muito obrigado pela vossa atenção.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PP)*

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este assunto já mereceu um debate de 3 horas neste Parlamento.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** E continua a faltar a luz!

**O Orador:** Nessa altura, escrevi em detalhe todos os investimentos programados para a Ilha Terceira. Durante várias situações (na Comissão de Economia, com os Deputados de todos os Partidos da Terceira), tive oportunidade de explicar, junto com a administração da EDA, os problemas que existiam na Ilha Terceira e que não são de agora, são de há muitos anos.

Nós estamos a fazer um forte investimento para que eles sejam superados rapidamente.

Devo também dizer que foi no mandato deste Governo que a indisponibilidade de luz eléctrica, na Ilha Terceira, foi reduzida para metade. Nós estamos a trabalhar bem e estamos convencidos que dentro de um ano a situação ficará totalmente resolvida, mas há ainda um grande handicap na Ilha Terceira, no que diz respeito à distribuição.

A entrada da Região Autónoma dos Açores e da Região Autónoma da Madeira no todo nacional, através da Entidade Reguladora e da Convergência do Tarifário Eléctrico, vai também permitir, pelos mesmos critérios a nível nacional, a indemnização a todos os privados, quando houver falta de luz eléctrica. Estamos a trabalhar neste sentido.

Os açorianos ficarão no mesmo pé de igualdade que todos os portugueses, no que diz respeito às indisponibilidades e às consequências destas indisponibilidades da rede eléctrica.

Falar sobre isto é falar sobre algo que já está dito e redito.

O Sr. Deputado certamente saberá, tão bem como eu, que todos os dados que a EDA tem foram disponibilizados para todos perceberem quais as causas, qual o diagnóstico e o que estamos a fazer.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

**Deputado Bento Barcelos (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais, Sr. Secretário Regional da Economia:

É uma constatação que os problemas com a distribuição da energia na Ilha Terceira continuam e existem.

Eu tive o cuidado de dizer que ontem e anteontem houve interrupções da ordem das duas horas.

Se o Sr. Secretário Regional diz que há uma redução do tempo de interrupção, é verdade, mas da previsão apontada para 2003, que é de 20 horas, só ontem e anteontem quatro já se perderam.

Sr. Secretário Regional:

V. Exa., no debate que tivemos sobre a proposta do PP...

**Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Do PCP!

**O Orador:** Não. Estou a falar na proposta que o PP trouxe a este Parlamento sobre cortes de energia eléctrica, na Ilha Terceira.

Nessa altura, o Sr. Secretário disse: “Os investimentos que são necessários fazer para baixar um dígito no número de horas de indisponibilidade, basicamente são insignificantes”.

Depois afirmou que “... aquilo que falta não é significativo em termos de investimentos” e “... que é preciso implementar um sistema de protecção de linhas, que está a ser feito”.

Em seguida, diz que “fazendo alguns investimentos em termos de linhas, faltando apenas pequenos investimentos que neste momento estão a ser feitos”.

Sr. Secretário, se são tão pequenos investimentos, dê orientações imediatas à EDA para os concretizar este ano e para, com clareza, se resolver este problema.

É inaceitável, num processo de desenvolvimento que todos nós queremos encetar na Ilha Terceira, que está a aumentar o seu parque hoteleiro e o seu parque habitacional, onde os terceirenses querem ter condições de desenvolvimento e de conforto, ter quase sucessivamente, todos os meses, para não dizer todas as semanas, cortes de energia como aconteceu ontem e anteontem. Não estamos perante tempestades, nem ciclones. Estamos perante invernos normais.

Sr. Secretário Regional, eu não quero trazer aqui polémicas graves. Eu apenas quero dizer que é necessário que o Governo assuma, junta da EDA, dos cidadãos e dos terceirenses, esta responsabilidade. Venha à Terceira e em comunicado do Governo tome uma posição e não fique apenas por meras respostas, como a de 1 de Novembro de 2002, de responsáveis técnicos da EDA a afirmarem que “as nossas

interrupções não são muito prolongadas” e que “para o ano que vem já fica a subestação pronta”. Estas desculpzinhas não interessam aos terceirenses.

Só temos uma palavra honesta (o Governo é gente de bem) para com os terceirenses. Digam: “nós estamos atrasados no processo de investimento, temos problemas na Ilha Terceira, mas vamos resolver esses problemas até ao ano tal e as zonas que vão ser abrangidas em investimentos vão ser estas e os problemas vão ficar solucionadas”. É isso que nós queremos, por isso trago este assunto ao Parlamento. Eu não pretendo fazer “polemicazinha”. Trago-o, porque ele é crucial.

Ainda há pouco mais de uma semana, num estabelecimento hoteleiro em Angra, encontrava-se o restaurante cheio, num jantar e houve um corte de luz durante muito tempo. O comentário generalizado entre as pessoas foi “é inaceitável que isto aconteça”. Não se tratava de um dia de tempestade ou de grande ciclone.

Sr. Secretário, assuma a responsabilidade de dizer à EDA que esses “pequenos” investimentos (ainda bem que são pequenos!), têm que ser feitos, e com clareza seja tomada uma posição em relação aos terceirenses.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PP)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de falar de uma forma clara, olhos nos olhos, porque o Sr. Deputado esteve comigo em sessões onde lhe foi explicado correctamente o que era indisponibilidade.

Aquilo que o Sr. Deputado disse apenas revela que o senhor não aprendeu nada com os técnicos que explicaram isso.

Quatro horas de indisponibilidade de um determinado sector, não significa quatro horas de indisponibilidade na Ilha Terceira.

Outro aspecto que ficou bem claro e foi dito por todos os técnicos responsáveis pela empresa, foi que não se tratava de falta de dinheiro ou de verbas. Havia um ritmo

necessário para fazer os investimentos e não se resolvia com muito dinheiro, mas com tempo. O tempo que eles impuseram a si próprios foi de um ano.

O Sr. Deputado esteve presente nessa reunião onde eu também participei.

Não se trata de falta de orientação da EDA para resolver este assunto.

Todas as vezes que acontece uma indisponibilidade séria na Ilha Terceira, eu recebo um relatório da minha Secretaria. Tal é a pressão, que eu já coloquei na Empresa de Electricidade dos Açores o problema da Ilha Terceira.

Este problema já existia há muito tempo. Ela já está diagnosticado e nós estamos a trabalhar no sentido de o reparar.

O senhor pode fazer o que quiser. Sempre que faltar a luz pode dizer aos sete ventos que falta a luz na Ilha Terceira. Tudo bem! Mas também falta nas outras ilhas.

Já fizemos um bom caminho até aqui.

Vamos continuar a programar todos os investimentos para que no mais curto espaço de tempo a Ilha Terceira tenha o seu problema resolvido e atinja a média regional.

Não podemos fazer mais depressa, porque é impossível. Não é falta de dinheiro, nem é falta de técnicos. É o tempo que demora a fazer a reparação da rede de distribuição de média tensão. É o tempo necessário para o fazer. Não o podemos fazer de um momento para o outro, nem podemos parar a Ilha Terceira para resolver este assunto. Estamos actuar com a máxima urgência, com os meios adequados. Não nos falta nada para que isso aconteça. Falta-nos um bocadinho de tempo e os senhores, tal como nós, têm que ter um bocadinho de paciência.

São atrasos estruturais, de longo tempo.

Não foi por acaso que reduzimos até metade a indisponibilidade e vamos continuar a reduzir.

Agora, não podemos baixar esse patamar sem que haja reparações na rede de média tensão e essa reparação origina também interrupções e indisponibilidades.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

**Deputado Bento Barcelos (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais, Sr. Secretário Regional da Economia:

Eu estive nessa reunião da Comissão de Economia.

**Deputado Dionísio Sousa (PS):** E em muitas outras!

**O Orador:** E em muitas outras.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Transparência total!

**O Orador:** Não está aqui em causa, que essa reunião foi aberta e sem complexos.

O que está aqui em causa, é que durante muito tempo e depois dessa reunião, não se encarou a verdade. O próprio Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo deviam ter encarado a verdade ao longo de meses subsequentes.

A situação é grave.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Era muito mais grave antigamente!

**O Orador:** Muito mais grave é a situação actual, é não se dizer a verdade e encará-la.

Sr. Secretário Regional, não me vai levar a mal, mas só valem as interrupções que abranjam toda a ilha? Só vale as interrupções que provocarem um apagão em toda a ilha?

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** O senhor não percebeu!

**O Orador:** Eu percebi.

O que eu quero dizer ao Sr. Secretário Regional é que eu considero, quando uma parte substancial da ilha está duas horas sem energia eléctrica, uma interrupção. Não, não é uma interrupção, é uma interrupção muito grave.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Estamos a falar de indisponibilidade!

**O Orador:** Eu estou a falar de interrupção e sei o que é que estou a dizer e também sei o que é que os terceirenses pensam acerca disso.

Por outro lado, gostaria de dizer ao Sr. Secretário Regional que falou em pequenos investimentos e disse que tinha dado à EDA orientações nesse sentido, sei que o Presidente do Conselho de Administração da EDA, numa das suas idas à Terceira já se encontrou com Directores de Órgãos de Comunicação Social para explicar a situação. Um deles até colocou em nota editorial a abordagem desse assunto.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Transparência total!

**O Orador:** Não é dessa forma que se resolve o problema, mas sim investindo e falando a verdade aos terceirenses.

Em relação aos cortes de energia eléctrica ocorridos ontem e anteontem e ao alcance negativo que causou nas empresas e na vida das pessoas, já devia ter saído uma nota explicativa.

Saiu algum pedido de desculpa da EDA?

Na próxima factura virá alguma nota a pedir desculpa aos seus clientes?

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Vinha antes?

**O Orador:** Sr. Secretário Regional, isso não pode ser.

Também não pode vir com o argumento estrutural de que os problemas já vinham de trás. Com certeza que já aproximar-se de trás, mas houve importantes investimentos nos anos 80 e 90 que a EDA continuava a não concretizar.

O Sr. Secretário Regional ainda não respondeu a uma questão que eu coloquei. Consta que há problemas na produção. São técnicos da própria EDA que o apontam. Se é verdade, começa a ser muito preocupante, relativamente ao compromisso com o abastecimento de energia à Base Americana.

Eu gostaria de deixar ainda uma preocupação final:

A EDA tem que assumir as suas responsabilidades e nos casos sucessivos dos cortes de energia tem que estudar a fundo aquilo que são pedidos de indemnização dos seus clientes. É inaceitável o que está a acontecer, Sr. Secretário Regional.

Eu tenho um documento na minha mão – podia ter muitos mais – e é inaceitável a posição tomada.

Gostaria de dizer ao Sr. Secretário Regional que quando me disseram isto, eu pensei que não era verdade, mas quando me mostraram, naturalmente que tinha que acreditar.

No primeiro ponto da resposta da EDA, reconhece-se que ocorreram oscilações de tensão. Em seguida, diz que foi devido às condições climatéricas e que provavelmente também haverão problemas na instalação eléctrica dessa empresa.

Finalmente, diz em jeito de conclusão final, “julgo que o seu caso particular se radica nas condições descritas no ponto 2”, ou seja, pode haver aqui uma margem de 10% de falha.

Este tipo de resposta é inaceitável. A atitude que a EDA devia ter era pedir a essa empresa autorização para lá ir um técnico, avaliar se a instalação eléctrica dessa empresa estava ou não em condições e assumir as suas responsabilidades.

Ainda bem que já há regulamentos da Europa, regulamentos nacionais e um Despacho do Ministro da Economia, no sentido de haver uma grande preocupação pela qualidade, exigindo responsabilidades à empresa quando os serviços não forem devidamente prestados.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de dizer que foi este Governo Regional que trabalhou intensamente, a nível nacional, para que fosse estendida a Entidade Reguladora do Sistema Energético à Região Autónoma dos Açores. Porquê? Porque isso ia-nos dar uma garantia adicional não só da convergência do tarifário eléctrico como também da regulamentação de todas as indisponibilidades e a forma da sua indemnização aos privados.

Nós quisemos que isso acontecesse, porque isso vai fazer com que a Região Autónoma dos Açores tenha os mesmos parâmetros de qualidade que tem o Continente e, tendencialmente, o Continente também terá no futuro os mesmos parâmetros de qualidade que terá a Europa, porque todos estamos a caminhar para um mercado comum da União Europeia. Isso é fundamental.

As regras que a EDA está neste momento a fazer, em relação à indemnização dos privados, são aquelas que sempre fez até agora. As regras não mudaram, elas existem e agora vão ser subitamente mudadas com a entrada da Entidade Reguladora do Sistema Energético e com este código de conduta que vai ser imposto a todo o país e à Região Autónoma dos Açores.

Este assunto fica resolvido com este processo.

No caso concreto do particular que se queixou à EDA, eu não sei o que se passa. A EDA terá as suas razões e o particular terá as suas. O que lhe digo é que a EDA não mudou a sua atitude. Esta a atitude que vinha desde há muitos anos atrás. Agora vai ter que mudar e vai ter novos regulamentos, cada vez mais apertados.

O futuro indicará que cada vez mais a qualidade e a disponibilidade da electricidade para todos os cidadãos e para todas as empresas é algo que nos temos que preocupar e que a EDA vai ter que se preocupar muito mais no futuro.

Penso que evoluímos durante estes anos e fizemos muitos investimentos. Como demonstrei há dois meses atrás, a EDA nunca investiu como investiu neste momento, mesmo na Ilha Terceira. Foram milhões de euros investidos e vamos investir muito mais. O que nos falta investir não é significativo para resolver os problemas.

Em relação à produção Sr. Deputado, fique descansado que nós estamos certos que vamos cumprir com os compromissos assumidos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

**Deputado Artur Lima (PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com o devido respeito Sr. Secretário, vir-nos pedir mais paciência, parece-me um bocadinho exagerado.

Nós somos terceirenses. Não somos chineses!

Esperar para vermos o problema resolvido, era preciso termos “paciência de chinês”.

O diagnóstico já está feito a algum tempo. O que exige é eficiência nas medidas de tratamento que tardam em chegar. Elas têm que ter um ritmo. É preciso criar rapidamente um plano com objectivos, porque o problema é grave e exige tratamento.

O Sr. Secretário lembrou aqui que vai ser posta em circulação, a nível nacional, legislação para indemnização a privados. Ainda bem que ela não foi aprovada ainda, porque se já tivesse sido, os senhores já estavam falidos são em indemnizações aos terceirenses.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Olhe que não !

**O Orador:** Pelo menos nesta fase, assumam os prejuízos que já deram aos terceirenses, não falando sequer dos comerciantes, só dos particulares que todos os dias vêem electrodomésticos e outros bens queimados e, sistematicamente, recebem da EDA uma cartinha “chapa 5” a dizer que a culpa foi da trovoada, foi de um raio, foi disto ou daquilo. Pelo menos nesta fase sejam solidários, assumam responsabilidades, porque é da responsabilidade da EDA os prejuízos que estão sendo provocados aos terceirenses com os cortes de energia.

O Sr. Secretário diz que vai fazer. Todos nós acreditamos nas suas boas intenções. Todos acreditamos que o Governo está com boa fé neste processo, mas queremos ver resultados.

Na minha opinião, este Governo Socialista, em relação à Terceira, está a tornar-se um governo autista. Comporta-se exactamente como autista: tem períodos de lucidez e períodos de não lucidez.

Para quando ficará este problema resolvido? Objectivos, datas, etc.... É só isso que queremos saber.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

**Deputado Bento Barcelos (PSD):** Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais, Sr. Secretário Regional da Economia:

Certamente que haverão outros assuntos de interesse para serem tratados esta tarde, por isso não me quero alongar muito mais.

Eu posso facultar ao Sr. Secretário a documentação que tenho da empresa-cliente em causa e verificará que a resposta que foi dada não é a mais correcta para uma empresa, como a EDA, que tem o monopólio do fornecimento de energia eléctrica.

Como o Sr. Secretário sabe, no dia 13 de Dezembro passado, um membro do Conselho de Administração e um alto dirigente da empresa EDA, reuniram com os Deputados da Ilha da Terceira. Eles trouxeram um dossier, informações.

**Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Transparência!

**O Orador:** Mas eu quero é que essa transparência seja também para os terceirenses, para os clientes da EDA.

Foi dito que 60 a 70% da rede de média tensão não está em condições. Inclusivamente foram mostradas fotografias dessas estruturas, o que correspondia a 300 km de rede.

O Sr. Secretário Regional disse neste debate que não eram necessários muitos investimentos para resolver os problemas existentes.

Pergunto: para quando é que vamos ter estes 60 ou 70% da rede de média tensão, na Ilha Terceira, perfeitamente remodelada, modernizada, abarcando estes 300 km, para que os terceirenses possam, de uma forma mais cómoda e segura, fazer os seus investimentos, possam sentir-se numa terra desenvolvida, com o problema resolvido na globalidade?

Gostaria de ter uma resposta concreta do Sr. Secretário Regional.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de realçar mais uma vez o que foi dito. Não é uma questão de verbas para resolver o problema da Terceira. São investimentos pequenos.

Por várias vezes foi demonstrado e nós temos tido uma abertura e uma transparência total, demonstrando e diagnosticando os problemas que nós temos.

Levamos um alto dirigente e um técnico da EDP à Terceira, porque estamos interessados em resolver este problema

É um problema que não se resolve, como o Sr. Deputado do PP e eu gostaríamos, de um momento para o outro.

**Deputado Artur Lima (PP):** É claro que gostaria!

**O Orador:** Há coisas que têm um determinado tempo, é uma questão técnica.

**Deputado Artur Lima (PP):** Quando?

**O Orador:** Eu disse aqui que num prazo de um ano a situação ficará substancialmente reduzida. No ano 2004 a situação melhorará. Não é uma solução que se resolva amanhã ou daqui a dois meses.

O Sr. Secretário Regional não deu orientação à EDA para resolver o problema da Terceira.

A resolução deste problema passa pela remodelação da rede de média tensão e isto leva o seu tempo. Não é possível fazê-lo de um momento para o outro.

A urgência dada a este assunto é total.

Não há nenhum atraso neste processo que não esteja verdadeiramente vigiado. Nem eu nem os técnicos da EDP fazemos milagres.

Não é por acaso que existem 300 km em estado degradado.

Nunca se investiu na Região Autónoma dos Açores tanto na Empresa de Electricidade dos Açores como se investiu nos últimos 6 anos.

Haviam muitos problemas para resolver, problemas de produção, de transporte e eles têm sido resolvidos, um a um. Neste caso concreto vamos atacar a Ilha Terceira, basicamente no transporte e na produção.

Estamos a fazer um investimento grande, no que se refere à geotermia, na Ilha Terceira. É um investimento de milhões de euros, como é público e conhecido.

Em relação às indemnizações é tão claro como isso. O senhor tem um processo concreto. Faz a reclamação à Empresa de Electricidade. Há um processo claro e natural de reclamação.

Com certeza que a Empresa de Electricidade dos Açores tem dezenas de casos a nível regional onde responde. Às vezes, quando não têm razão, reclamam.

**Deputado Artur Lima (PP):** As pessoas nunca têm razão!

**O Orador:** Sr. Deputado, este processo é feito e orientado da mesma forma como era anteriormente.

A EDA tem determinados regulamentos que são determinados desta forma. A própria EDP, a nível nacional, também tem problemas. Há pessoas que reclamam, há indisponibilidades, há situações em que as pessoas não concordam. Compete a essas pessoas reclamar e voltar a reclamar. Se não estiverem de acordo com a resposta da EDA, sobem, vão para a instância superior, a Secretaria Regional da Economia e lá decide-se se têm ou não razão.

Acredito que haverão sempre reclamações. Nós estamos a lidar com centenas de milhares de clientes. Há sempre um que apresenta uma situação incorrecta. Terá ou não razão? A Empresa decide de uma determinada maneira, nem sempre decide bem, mas é um processo normal de reclamação, de contra-reclamação. É assim que acontece em democracia.

Não tenho vergonha nenhuma de dizer que por vezes a EDA erra e muitas vezes acerta.

Neste momento estamos numa fase crucial de mudança de regulamentação, em termos de indemnização aos clientes. Esta é mais rigorosa.

Essa regulamentação também vai mudar no Continente e nós vamos acompanhar esse desenvolvimento. Este desenvolvimento foi iniciado por este Governo.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não estava para intervir neste debate, porque penso que já foi dita muita coisa. No entanto, penso que convém esclarecer, sobretudo no sentido de que se está a tentar fazer passar uma mensagem e uma imagem que não correspondem de forma nenhuma à realidade.

De facto, Sr. Secretário, já foram gastas horas e horas de debate. Já foram feitas muitas e muitas reuniões. Já foram dadas muitas e muitas explicações. Já foram feitas operações de charme por parte da EDA, junto dos Órgãos de Comunicação Social da Ilha Terceira, mas o que é certo é que com bom tempo ou com mau tempo, durante horas, continua a faltar a luz na casa dos terceirenses.

**Deputado Bento Barcelos (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Isto é claro, óbvio e revolta os terceirenses de uma forma generalizada. Há deputados do Partido Socialista que já assumiram que a situação assumia foros de escândalo, depois de terem votado contra uma proposta de resolução, mas todas têm direito de um dia chegar à verdade.

**Deputado Mark Marques (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Por muito que se queira branquear a situação, por muito que se queira pôr alguma luz na escuridão, a situação da Terceira é esta.

O Sr. Secretário não venha agora dizer que isto não é de um momento para o outro, que isto não é de um dia para o outro, mas agora vai ser. Parece que abriu a época de “caça ao voto”, na Ilha Terceira.

Desde 96, as promessas vão sendo feitas. Eu tenho aqui o tal dito contrato com os terceirenses que diz coisas lindas. Relativamente à EDA diz:

“Concretizar os investimentos necessários à expansão da capacidade produtiva da Central Belo Jardim, no sentido de garantir, a curto e a médio prazo, o abastecimento energético à ilha em condições mínimas de viabilidade e qualidade ao mesmo tempo que se desactiva a Central Térmica de Angra.”

Os senhores diziam mais:

“Queremos mudar a forma como a política tem sido feita entre nós. Com seriedade, com medidas concretas, queremos fazer um contrato com os eleitores da Terceira assumindo o compromisso de, no caso de vencermos as eleições, o cumprirmos escrupulosamente.

Como são medidas concretas, será fácil depois aos eleitores avaliar o nosso desempenho.” Isto foi dito em 96.

**Deputado Dionísio Sousa (PS):** Apoiaram em 2000!

**O Orador:** Estamos em 2003.

O Sr. Secretário diz que não é de um dia para o outro, mas isto foi prometido em 96. Já passou todo este tempo, foram gastas horas de debate, foram feitas muitas e muitas reuniões, foram dadas muitas e muitas explicações, mas continua a faltar a luz, o que causa prejuízo aos terceirenses e às suas empresas.

O senhor vem dizer que isto não é um grande problema.

O Grupo Parlamentar do PS que falou, calou e assumiu que eram foros de escândalo, até agora não disse nada. Parece que vai dizer. Talvez apareça aqui a tal luz que tem faltado.

O que é certo é que esta situação é revoltante e merece da parte do Governo Regional dos Açores e da empresa com responsabilidades no sector que assumam as responsabilidades, coisa que não têm feito até aqui.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.

**Deputado Dionísio Sousa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aparentemente, o Sr. Deputado Bento Barcelos deseja ouvir a voz do Governo Regional, os compromissos do Governo Regional, por isso o Grupo Parlamentar do PS deixou falar o Governo que ainda tem mais para dizer (suponho que o Sr. Secretário está inscrito).

No meio de tudo isso houve alusões ao que fez o Grupo Parlamentar e ao que fizeram os Deputados do PS na Ilha Terceira, em termos de reuniões, de informação. Fizemos tanto como os senhores fizeram e fizemos mais.

**Deputado Artur Lima (PP):** Muito palavreado!

**O Orador:** A célebre questão da proposta do PP apareceu aqui para ser aprovada sobre o joelho, o que teria sido mais fácil para nós. Nós não quisemos resolver sobre o joelho.

A proposta baixou à Comissão e foram dados todos os esclarecimentos nessa altura, na Comissão e no plenário.

**Deputado Artur Lima (PP):** E continuamos na mesma!

**O Orador:** Eles constam no texto e na discussão. Todos os elementos de informação foram fornecidos.

Há uma profissão de fé de ignorância. A EDA não anda à velocidade da luz, nem pode andar. Depois de 96 a EDA passou a ter números para resolver os problemas. Esses números estão todos aqui.

O Sr. Deputado Bento Barcelos fala em pequenos empreendimentos. Não são.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** O Sr. Secretário é que o disse!

**O Orador:** O Sr. Deputado leu para aí não sei o quê. Não leu que “o investimento previsto para 2002, na Ilha Terceira, ascendeu a 2,8 milhões de euros, na área da distribuição, num total de investimento previsto para a Região de 5 milhões de euros”. Os senhores querem mais do que isto?

**Deputado Artur Lima (PP):** Queremos!

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Queremos luz!

**O Orador:** Em 5 milhões de euros que se investem em 2002 nos Açores, 2,8 milhões são para a Terceira. Não há problemas políticos em relação à EDA. As decisões políticas são todas tomadas.

Não há decisões de planeamento. Nenhuma está por tomar.

É preciso resolver em anos aquilo que ainda não foi resolvido. É preciso tempo.

Pela primeira vez, em termos de investimento, em termos de quadro geral para a Região, os problemas da EDA estão a ser encarados na sua solução. Os senhores é que andam sempre atrás das soluções e em cima da última notícia do jornal.

O Sr. Deputado Bento Barcelos começa pelas grandes questões da EDA e acaba na questão de duas horas de interrupção verificadas ontem e mais uma queixa em concreto.

Sobre as queixas em concreto, tenho a dizer ao Sr. Deputado Artur Lima e ao Sr. Deputado Bento Barcelos que a EDA não tem um único caso em contencioso por causa de queixas. O que é que isto significa?

**Deputado Artur Lima (PP):** Demagogia!

**O Orador:** Significa que as pessoas não defendem os seus interesses ou significa que as pessoas reconhecem que não têm razão em numerosos casos. Esse é um facto indesmentível que foi reafirmado várias vezes.

Não vale a pena estar com mais discussão sobre essas questões.

A informação que os senhores têm sobre a EDA é tão completa como a do Conselho de Administração da EDA, sobre os planos, sobre os projectos, sobre a execução, etc., etc.... Não falta nenhuma informação. É evidente que falta tempo e, sobretudo, paciência.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

**O Orador:** As pessoas passaram mais de 20 anos a sofrer com a EDA e já estão fartas da EDA. É evidente que estão.

Agora têm que tentar recuperar em anos aquilo que perderam em décadas. Esse é o problema.

Essa recuperação está a ser feita. Há mudanças evidentes.

É evidente que os cortes de luz chegam a minha casa, como chegam a casa de qualquer um dos Srs. Deputados.

É evidente que as informações dadas pela EDA não são as melhores, mas isso é um problema que todos nós temos, toda a Administração Regional.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

**O Orador:** Isso nunca é o melhor. Podia ser sempre melhor. Aí há muito a fazer.

Em termos de decisão política sobre a EDA, em termos de planeamento para a resolução dos problemas, não há nada a fazer.

A EDA não é um problema político, neste momento. É um problema de tempo.

**Deputado João Cunha (PSD):** E o senhor também não tem tempo para mais!

**O Orador:** Não é um problema de esclarecimento. É um problema de paciência.

Estamos habituadíssimos que o PP, tradicionalmente, e agora o PSD, trabalhem sobre as notícias dos jornais e não sobre as soluções políticas.

Em relação ao PP, na oposição e na maioria, sempre nos recusámos a tomar decisões sobre propostas de resolução feitas sobre o joelho e sobre as notícias dos jornais. Continuemos a combater agora as resoluções e as intervenções do PSD feitas sobre o joelho, sobre as últimas notícias dos jornais.

Nós não trabalhamos para as parangonas dos jornais. Trabalhamos para os açorianos e neste caso para os terceirenses.

**Deputado João Cunha (PSD):** Pelo que se vê não fazem nada!

**O Orador:** Foi assim desde 96, por isso os terceirenses, em 2002, reconheceram. Em 2004, para lá iremos. Eles têm paciência e sabem medir, ao contrário de V. Exas. que não sabem o que se passa e o que acontece.

Tenho dito. Muito obrigado.

Até ao próximo corte de luz.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Está tudo esclarecido e com os aplausos ainda ficamos mais esclarecidos!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tive o grato prazer de viver na Terceira desde 1977 até 1993. Foi nessa altura que comprei, pela primeira vez, um petromax na minha vida.

**Deputado João Cunha (PSD):** O senhor vivia numa barraca de campismo!

**O Orador:** Lembro-me que era muito utilizado na altura em que estava na Ilha Terceira. É preciso não ter memória curta que a situação actual tem um princípio, tem um meio e vai ter um fim.

O princípio é este: há alguns anos atrás, a indisponibilidade de luz eléctrica na Ilha Terceira era o dobro da actual.

Os números são aqueles que existem.

Passaram pela administração da EDA diversas administrações.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Há alguns anos atrás não se fazia clonagem!

**O Orador:** Os números estão lá para quem quiser consultar.

Nós não estamos a enganar, porque nós, neste aspecto concreto, demonstramos, já por várias vezes, que todos os dados que nós temos fornecemos de bom grado aos senhores, a todos os representantes, a todas as pessoas que queiram falar connosco sobre este assunto.

Reúne-se o Governo Regional com os Srs. Deputados da Ilha Terceira; reúne-se a Administração da EDA com os Srs. Deputados da Ilha Terceira, com os jornalistas, para fornecer todas as informações, porque não temos nada a esconder.

Temos a certeza que estamos a fazer o melhor pela Ilha Terceira.

Se os senhores estivessem aqui e se tivessem mais dinheiro não fariam melhor, porque nós demos directrizes claras à EDA. A EDA empenhou-se e está a empenhar-se nisto a sério para resolver o problema da Ilha Terceira, só que o problema de abastecimento, de transporte de electricidade, não se pode resolver de um momento para o outro.

Não se pode cortar todas as redes e substituí-las. Tem que se cortar parcialmente.

Mesmo neste processo de substituição da rede, ele, por si próprio, vai provocar indisponibilidades de luz eléctrica. É um sacrifício que todos nós estamos a fazer, porque nunca se investiu na Ilha Terceira como se está a investir agora.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

**Deputado Bento Barcelos (PSD):** Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais, Sr. Secretário Regional da Economia:

Essa história do petromax, se fosse a contabilizar, quantos petromaxes é que foram adquiridos na Ilha Terceira nos meses de Novembro e Dezembro? Em Dezembro, os cortes eram sucessivos, eram praticamente todos os dias.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Os números estão lá!

**O Orador:** Os terceirenses não querem saber de números.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** O senhor tem a memória curta!

**O Orador:** Sr. Secretário, os terceirenses querem ter, em padrões normais de qualidade, nas suas empresas, nos seus escritórios, nos seus serviços, na Administração Pública e nas suas casas energia eléctrica com qualidade. É apenas isso que os terceirenses querem, querem e têm direito de exigir isso do Governo.

Eu não queria fazer comparações, mas o Sr. Secretário Regional, vem com uma comparação de investimentos.

Quer comparar os investimentos que foram feitos ao longo desta década, ao longo da década de 90 com a década de 80, quando se fez uma central eléctrica nova?

**Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Quero!

**O Orador:** Instalaram-se estruturas novas, geradores.

Como é que quer comparar?

Então, eu não tenho aqui os números, Sr. Secretário Regional?! Pelo amor de Deus!

**Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Sr. Deputado, eu não tenho dúvidas nenhuma que os investimentos da EDA são superiores!

**O Orador:** Sr. Secretário, eu não queria entrar nesta questão das comparações.

Eu trouxe esta questão, porque nos meses de Novembro e Dezembro, foram tão graves e sucessivos os cortes, que até a comunicação social foi excessivamente crítica e, dando eco à opinião pública, disse que a EDA tinha um fornecimento de energia eléctrica de uma Região subdesenvolvida. Foram mencionados aspectos, que ninguém quer ouvir e que não fica bem à Região, que pretendemos desenvolvida.

Todos nós pensávamos que a situação ia melhorar, até porque o Sr. Secretário tinha dito que eram precisos poucos investimentos. O Sr. Secretário está a contradizer-se. Diz que nunca se fizeram tantos investimentos como agora e num anterior debate disse que com poucos investimentos esta situação melhorava.

**Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Estamos a falar da rede. Não podemos mudar toda a rede!

**O Orador:** Nós sabemos, Sr. Secretário Regional, que as máquinas, os equipamentos, têm as suas avarias. Mas os senhores já tiveram 6 anos para recuperar essa rede e só recuperaram talvez 30%.

**Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Os senhores estiveram 20 anos!

**O Orador:** Nós queremos que os 70% destes 300 km de rede, que estão por remodelar, sejam concretizados no mais curto espaço de tempo.

O Sr. Secretário Regional comprometeu-se. Disse que já tinha dado orientações, que vai ser cumprido, que é uma questão de tempo.

Cá estaremos confiantes e com esperança, mas exigentes para com o Governo, porque é preciso que este Governo assuma as suas responsabilidades para com os cidadãos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

**Deputado Artur Lima (PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Dionísio Sousa:

**Deputado Dionísio Sousa (PS):** Não sou da EDA!

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Pelo menos parece!

**O Orador:** Sim, parece!

A prova de que a nossa proposta não foi feita em cima do joelho...

**Deputado Dionísio Sousa (PS):** São todas. É tradicional!

**O Orador:** ... é que ela foi à comissão, foram ouvidos os parceiros e foi feito tudo o que se tinha a fazer. Só por má fé, é que ela foi chumbada!

**Deputado Dionísio Sousa (PS):** Por má fé?!

**O Orador:** Das duas uma: ou o senhor tem uma atitude ou tem outra. O senhor está a entrar em “curto-circuito” e assim não pode funcionar.

Ela foi feita em cima do joelho, mas serviu de trabalho de uma Comissão.

Não há contencioso na EDA.

Sr. Deputado Dionísio Sousa, vamos ser realistas e sensatos. Um consumidor que num corte de energia queima um micro-ondas que custa 20 ou 30 contos, vai pagar 100 ou 150 contos, a um advogado, para meter a EDA em tribunal?

Sr. Deputado, assumam esses pequenos prejuízos, porque é vossa obrigação e sabem, conscientemente, que a culpa é vossa, não é da trovoada.

**Deputado Renato Leal (PS):** É a deslustragem que está a provocar tudo isso!

**O Orador:** Deixem de lado o passado. Mostrem a diferença. Façam-se valer pela diferença.

Se querem falar do passado, os senhores já têm 7 anos de governação. Portanto, já têm um passado próprio para poderem comparar.

Sr. Secretário, se isto é o melhor que os senhores estão a fazer pela Terceira, eu não quero imaginar o pior.

Muito obrigado.

**Deputado Paulo Gusmão (PP):** *Muito bem!*

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** O pior é imaginar lá os senhores!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Esse argumento que começa agora a surgir de que falta a luz agora, mas também já faltava antes, é o pior dos argumentos que podem utilizar. Sabe porquê? Porque foram esses argumentos que o levaram a fundamentar que era necessário mudar de governo.

Se os senhores continuam a dizer o mesmo agora, estão a dizer que também é necessário mudar de governo. Isto é a contradição plena de todos os vossos argumentos. Eles agora ficam aqui entalados entre a vossa luz partidária e a luz que começa a faltar em casa dos terceirenses, conforme já disse aqui várias vezes.

**Deputado Mark Marques (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Outro esclarecimento que também tem que ficar aqui e que penso que tem a ver com essa contradição clara:

O Sr. Secretário diz que são necessário fazer poucos investimentos. O Sr. Deputado diz que são milhões e o senhor confirma agora que são milhões. Ficamos sem saber se os milhões são poucos ou são muitos, mas o que é certo é que estamos pior,

porque se foram muitos os milhões, a luz continua a faltar, o que significa que foi muito dinheiro mal gasto.

Por outro lado, Sr. Deputado Dionísio Sousa, é óbvio que só com alguma falta de cuidado, para não dizer outra coisa, é que o Sr. Deputado pode dizer que viemos para falar com base em notícias de jornais.

Nós viemos falar da realidade que afecta todos os terceirenses e as suas empresas neste momento. É a realidade, é a vida das pessoas que está em causa, não são notícias nos jornais. Isso é minimizar um grande problema que neste momento existe na Ilha Terceira.

Também reconheço por aquilo que vi, e pelos vistos é extensivo a toda a bancada do Partido Socialista, que estão satisfeitos com a situação, que está tudo muito bem.

**Deputada Fernanda Mendes (PS):** Ninguém disse isso!

**O Orador:** Eu estou mal! Infelizmente e por sinal estou acompanhado por todos os terceirenses.

Por isso digo com segurança que estou muito bem acompanhado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Deputado Dionísio Sousa (PS):** Muito bem! Muito bem! Estou convencido!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu pretendia intervir neste debate para tentar, naturalmente, colocar a perspectiva do meu Grupo Parlamentar, mas procurar sobretudo deixar um registo que me parece necessário.

É evidente que esta nossa Câmara e possivelmente todos nós, temos muitas vezes a tentação de fazer os nossos raciocínios na base de comportamentos temporais, de comportamentos que têm a ver com os períodos de governação, diferenciados.

É evidente que se esse tipo de raciocínio, em geral, quase sempre não é adequado, em relação a questões de produção e distribuição de energia eléctrica, temos que convir que quase nunca será adequado.

Estamos a falar de épocas históricas, de padrões de consumo e de exigências produtivas diferentes, estamos a falar até de tipos e de qualidade de energia diferentes.

Comparar épocas históricas, comparar números globais de investimento, etc., nesta matéria, penso que é extremamente problemático.

Nós estamos perante um problema que é tido no contexto regional, pela generalidade dos açorianos informados, e na Ilha Terceira, como um problema sério. Ouve-se muitas vezes, e eu ouço como pessoa que passa na Terceira com muita frequência, em termos de escândalo, em termos de gravidade, essas exclamações da boca de cidadãos comuns, e no âmbito das minhas actividades políticas, inclusive, na Comissão de Economia e noutras actividades políticas, ouço da parte, por exemplo, dos mais significativos e representativos empresários da Ilha Terceira.

Recordo por exemplo, uma visita recente à Pronicol, em que esse assunto foi muito focado pelo próprio administrador dessa empresa, com tudo o que isso implica para a economia da empresa em termos de arranque da central própria e tudo o mais.

Estamos a falar de um problema extremamente sério. Eu não tenho razões para não crer que o Governo também não esteja a encarar o problema com essa seriedade.

Mas de toda esta discussão há uma afirmação que me preocupou e que veio do Sr. Deputado Dionísio de Sousa que, sabendo que não é da EDA mas é Deputado da Ilha Terceira, Presidente da Comissão de Economia e também sabendo que se tem empenhado neste problema, disse que do ponto de vista político não há nada a fazer em relação à EDA. Ou seja, do ponto de vista de orientação, pareceu-me concluir desta afirmação, vinda do Sr. Deputado, de que tudo está feito.

Esta conclusão tão segura preocupa-me e por uma razão: recentemente tive oportunidade de estar com o Sr. Presidente do Conselho de Administração da EDA, que me pareceu preocupado, em relação à situação da Terceira.

Eu fico com dúvidas se toda a dimensão do problema está devidamente equacionada, o que se concluiria da afirmação peremptória do Sr. Deputado Dionísio Sousa, mas não se concluía da preocupação emanada das declarações e da conversa com o Sr. Presidente do Conselho de Administração.

Nós temos ali um problema difícil, complicado e, para além do que está planificado, para além da evolução positiva dos números, para além das medidas que têm sido tomadas, não está a progredir ou a ir no caminho da solução, de acordo com as expectativas que se tinham. Isto preocupa-me.

Com toda a serenidade e sem querer fazer qualquer espécie de show político com esta questão, gostava de ouvir da parte do Governo ou da maioria, se estão absolutamente seguros que, de acordo com os programas que estão estabelecidos, o problema vai ser resolvido. Se estão, qual é a perspectiva de resolução do problema, em termos definitivos?

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu estaria preocupado se mantivéssemos a indisponibilidade que tínhamos em 96. Se estivéssemos exactamente como estávamos em 96, eu estava preocupado, eleitoralmente.

Nós já reduzimos 50% e estamos convencidos que até ao final do mandato a Terceira ficará na média regional.

Nós não estamos preocupados eleitoralmente. O Sr. Deputado esteja descansado, preocupe-se com o seu partido.

Em relação aos milhões de investimento, devo dizer de uma forma clara que o senhor não percebeu o que aqui foi dito.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** O senhor é que não percebeu!

**O Orador:** Há milhões que são necessários para a produção, que são completamente diferentes dos milhões que são necessários para a rede de distribuição.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Com uns e com outros continua a faltar a luz!

**O Orador:** São completamente diferentes.

Vamos investir, por exemplo, na geotermia à volta de 30 milhões. É muito dinheiro. Os investimentos que são feitos na rede são à volta de 5 milhões. É muito menor.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** O senhor é que disse que era um problema de rede!

**O Orador:** Portanto, não é por causa dos milhões que a situação da rede não é rapidamente resolvida, mas sim porque tecnicamente não é possível resolver.

Este assunto está a ser acompanhado mais de perto pela Secretaria Regional de Economia. Tanto assim é, que já disse aqui que nós solicitámos que a EDA colocasse, na Ilha Terceira, um técnico abalizado da EDP para diagnosticar e estar à frente de todo este processo.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Então quer dizer que os que estavam antes não eram abalizados!

**O Orador:** Nós estamos a fazer isso de uma forma séria e transparente, porque não estamos a esconder nada.

Os Srs. Deputados conhecem tão bem quanto eu os investimentos que vão ser feitos na Ilha Terceira, porque o que eu disse à EDA foi de que nós não temos nada a esconder. Traçámos e diagnosticámos as causas dos problemas.

Nós traçamos uma estratégia para resolver estas causas e de uma forma clara, honesta e transparente, dissemos a todos quais as metas que estão cumpridas e as que faltam cumprir.

O Sr. Deputado José Decq Mota se quiser ter mais reuniões com o Presidente da EDA terá, com toda a facilidade e será disponibilizado ao Sr. Deputado José Decq Mota todas as metas alcançadas e aquelas que não foram.

É evidente que eu estou preocupado com este problema. É evidente que o Presidente da EDA tem que estar preocupado com este problema e eu recebo, todas as vezes que há uma indisponibilidade na Ilha Terceira, um relatório circunstanciado indicando a razão pela qual aconteceu. Eu dei ordens para isso e tenho prioridade máxima em resolver este problema.

O assunto não pode ser resolvido de um dia para o outro.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Não, mas já vão 7 anos!

**O Orador:** Não se faça demagogia com este assunto.

Nós estamos convencidos que vamos resolver este assunto atempadamente, mas com a urgência que é possível ser feita.

Muito obrigado.

**Presidente:** Não havendo mais pedidos de esclarecimentos sobre esta matéria, tem a palavra o Sr. Deputado António Loura para uma intervenção.

Agradecia ao Grupo Parlamentar do PS que fizesse substituir o Sr. Secretário na Mesa.

*(Neste momento, o Deputado António Loura foi substituído pela Deputada Natividade Luz, no lugar de Secretário da Mesa)*

**Deputado António Loura (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No final do ano passado ou, melhor dizendo, nos dias 5 e 6 de Dezembro, o Governo Regional deslocou-se à Ilha de Santa Maria dando cumprimento ao estatuído no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, artigo 66º. alínea 1.

As visitas do Governo às ilhas onde não estão sediadas Secretarias Regionais, são sempre um momento de expectativa e esperança para as entidades da ilha e respectiva população. De expectativa, porque desejam saber se o Governo Regional

dá acolhimento e resolução às preocupações levantadas pelo Conselho de Ilha, Órgão que reúne com o Governo nas visitas Estatutárias. É também um momento de esperança, porque querem ver confirmadas as obras que foram prometidas em tempo de eleições e que são decisivas para o seu desenvolvimento.

Os tempos de hoje não se afiguram muito favoráveis tendo em conta as dificuldades porque passa o país e consequentemente a região, razão pela qual o Governo Regional e bem, decidiu preceder à Reprogramação do Plano a Médio Prazo 2001-2004, de forma a ajustar os fluxos financeiros ao cumprimento dos investimentos assumidos e em curso, além de dar início a outras obras prometidas, dentro do quadro de contenção orçamental prevista.

*Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:*

Da visita a Santa Maria existe, em meu entender e da maioria dos Marienses, a convicção de que o Governo Regional foi sensível às nossas preocupações, deliberando em Conselho do Governo, investimentos que são de enorme importância para o desenvolvimento da ilha em sectores, como Agricultura e Pescas, Transportes Marítimos, Segurança Social, Rede Viária e Habitação.

No âmbito da Agricultura e Pescas, duas obras foram anunciadas e que em muito contribuirão para o desenvolvimento do sector, como sejam a elaboração do projecto para a Casa da Matança de Santa Maria, cuja obra terá início até ao segundo trimestre do corrente ano. É de referir também que, neste momento, estão a decorrer as obras do abastecimento de água à lavoura, cujo investimento muito contribuirá para o abaixamento dos custos de produção da lavoura Mariense.

Outra decisão tem a ver com a ampliação e melhoramento do porto dos Anjos, cujo valor da obra ronda os 400 mil euros, com o prazo de execução de nove meses, prevendo-se o começo dos trabalhos no primeiro semestre de 2003. O investimento em causa é reclamado há muito pelos pescadores Marienses, por ser um porto alternativo ao Vila do Porto e com utilização significativa nos meses de Janeiro a Maio de cada ano. Esta obra permitirá aos pescadores aumentarem os seus rendimentos, permitindo também um maior fortalecimento do sector.

Na área do Turismo foi aprovada uma resolução que adjudica à Empresa Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A., a empreitada de construção do cais de atracação de ferries e da gare de passageiros do porto de Vila do Porto, pelo valor de 2.591 milhões euros e com um prazo de execução de 14 meses, prevendo-se o início da obra no primeiro trimestre deste ano.

Com a execução desta obra pretende-se dar maior conforto e segurança aos visitantes que chegam ou saiam de Santa Maria, permitindo também reorganizar e embelezar aquela zona do porto.

Todos os estudos feitos sobre Santa Maria apontam o Turismo como o caminho a seguir. Aos poucos vão aparecendo investimentos que permitem pensar que a direcção é mesmo essa. Esta minha afirmação tem a ver com a inauguração, para breve, do Hotel do Aeroporto e do Hotel 5, ficando a ilha apetrechada com 420 camas, o que já permite pensar em promover a ilha, como aconteceu no mês passado com a presença da Câmara Municipal, empresários e associações Marienses na Bolsa de Turismo de Lisboa.

No âmbito da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, duas importantes decisões: a Construção do Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto, investimento há muito desejado pelos Marienses e que depois de dificuldades várias, terá o seu início no primeiro semestre deste ano, e o outro prende-se com a 2ª fase da Casa do Povo de Santa Bárbara, destinada a acolher os Serviços da Segurança Social e Saúde, cuja obra será iniciada no próximo ano.

Por último refiro-me às decisões tomadas quanto à habitação e rede viária. No que diz respeito à habitação, área com diversas carências e que tem que ter uma atenção muito especial por parte do Governo, foi decidido lançar o concurso dos projectos de infra-estruturas do loteamentos de São Pedro e das Lombas (2ª fase), em Vila do Porto, destinados à construção de 18 casas em regime de auto-construção, e ainda, incluir um novo protocolo a celebrar entre o Governo Regional e o Instituto Nacional de Habitação destinado à erradicação de casas abarracadas, os 11 casos identificados em Santa Maria.

Ao nível da rede viária, tem sido feito ao longo dos últimos anos uma melhoria na sinalização horizontal e vertical, bem como trabalhos de alargamento de curvas e

construção de muros de pedra seca. Como decisão do Conselho do Governo destaco a reabilitação da estrada regional Picos-Arrebentão-Santa Bárbara, numa extensão de 4 quilómetros e a execução da Rotunda das Quatro Canadas, na freguesia de São Pedro, além das obras à entrada de Vila do Porto, que muito contribuirão para o ordenamento e maior segurança do trânsito automóvel.

Estas são, em meu entender, as decisões mais importantes sem esquecer outras como são os casos da requalificação da zona do Aeroporto em que o Governo se mostra interessado e preocupado em encontrar uma solução para o problema, bem como a classificação do lugar da Pedreiro do Campo, como Monumento Natural Regional.

*Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:*

Da visita do Governo Regional pode-se concluir que foi sensível aos nossos problemas e anseios de desenvolvimento e criou a esperança de que as obras e investimentos que têm vindo a ser prometidas quer por este governo da responsabilidade do Partido Socialista quer pelos anteriores da responsabilidade do PSD, tenham finalmente a sua execução. Com as decisões tomadas e com aquelas que foram anunciadas que terão início em 2004 como sendo o Porto de Recreio de Vila do Porto e a 2ª. fase da Casa do Povo de Santa Bárbara, fecha-se um ciclo e uma legislatura com claros benefícios para Santa Maria.

Obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

**Deputado Sérgio Ferreira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Loura:

Gostaria de lhe fazer uma pergunta:

Relativamente ao comunicado da visita do Governo do ano passado e de há dois anos, quais são as novidades que esse novo comunicado, que agora elogia tanto, traz?

Eu não noto grandes alterações, por isso não vejo o porquê de tanta congratulação.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Loura.

**Deputado António Loura (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Sérgio Ferreira:

Realmente a questão é pertinente, mas coloco-a desta maneira:

Neste momento, este Governo tem condições para que, tudo aquilo que foi anunciado em Santa Maria, possa ser feito. Temos vontade política, projectos executados, obras em concurso.

A maneira como expressei o meu pensar nesta Assembleia sobre a visita do Governo, é nesse aspecto.

Temos vontade política, temos trabalho de casa feito, por isso temos condições de avançar.

**Deputado Dionísio Sousa (PS):** *Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

**Deputado Sérgio Ferreira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Então eu posso concluir que só a partir de agora é que o Governo tem vontade política, disponibilidade e projectos para investir em Santa Maria. É isso que se pode deduzir das suas palavras.

O que é que acontecia anteriormente?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Loura.

**Deputado António Loura (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado, Sérgio Ferreira:

Anteriormente, se calhar, nunca faltou vontade política, faltaram alguns projectos que estavam por elaborar e alguma falta de dinheiro.

Houve situações nesta Região em que o Governo teve que abdicar de alguns projectos e investimentos por forma a que, no caso do Pico e do Faial, as pessoas ganhassem, para poderem retomar uma vida normal, sem problemas, depois do sismo. Este Governo, nessa altura, teve que tomar medidas que prejudicaram investimentos que estavam apresentados.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

**Deputado Sérgio Ferreira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Loura:

Essa questão de que não houve dinheiro, porque houve catástrofes na Região, pode pesar, de certa forma, mas é preciso termos em atenção os Orçamentos que foram feitos.

Foram inscritas verbas no Plano, ao longo de 4 anos, para Santa Maria e para a reconstrução. Portanto, não se pode afirmar que não se fizeram obras em Santa Maria por causa da reconstrução.

Se tivessem executado aquilo que estava no Plano para Santa Maria, certamente que o comunicado do Governo, de Dezembro do ano passado, teria outro teor que não aquele que disse agora.

O problema é que o Governo nunca executou aquilo que inscreveu no Plano, ao longo destes anos, para Santa Maria. Não vamos agora culpar a reconstrução.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Loura.

**Deputado António Loura (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado, Sérgio Ferreira:

Em relação a Santa Maria, chegou ao momento de acreditarmos que aquilo que foram promessas feitas por este Governo e por anteriores Governo, este ano e ao longo do resto da legislatura, serão cumpridas.

Vamos terminar com um conjunto de obras que se vêm arrastando, como o Porto dos Anjos, a Casa de Matança de Santa Maria e muitas outras, por forma a que na nova legislatura se possa pensar em outros investimentos e noutras coisas que nos tragam cada vez mais proximidade com o desenvolvimento que queremos para a nossa terra. Obrigado.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

**Deputado João Cunha (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

*Os transportes, numa Região como a nossa, são absolutamente fundamentais para garantir a igualdade de oportunidades para promover o desenvolvimento, para*

*aproximar as pessoas e até para existir maior solidariedade entre as populações das nossas ilhas.*

Nos últimos tempos nesta questão enquanto uns progridem outros, com especial relevo para a ilha Graciosa, regridem.

No tocante a transportes aéreos e marítimos de cargas o meu circulo eleitoral não se encontra bem servido e por isso hoje subo a esta tribuna para fazer eco disso, já que é o sentir da população.

Vamos primeiramente aos transportes aéreos.

Estão já disponíveis na Internet, no site da SATA, os novos horários para o verão de 2003. Conhecidos que foram, esses horários provocaram, e ainda provocam na população graciosense e nas suas diversas estruturas representativas, reacções deveras negativas. Também tenho essa opinião e por diversas circunstâncias, algumas das quais, para reflexão e possível mudança, aqui vou deixar.

Continuamos a não ter um voo ao Domingo, com excepção feita para os meses de Julho e Agosto, coisa que para nós seria possível ultrapassar, sem se acarretar grandes despesas para a Transportadora Aérea Regional.

Tal seria possível retirando o voo da manhã, das sextas-feiras, passando esse voo para o domingo.

Pensa muita gente, que esse voo seria benéfico ao domingo uma vez que na sexta-feira temos um voo à tarde, o qual deverá ser mantido dado ser esse o melhor horário para aquele dia.

É mau para a Graciosa, que todos os voos, dos dias úteis da semana, estejam programados para o fim da tarde, excepção feita para as segundas-feiras onde há uma ligação para a Terceira com partida às 9:30. Ainda bem que existe, já que ele corresponde aos anseios dos graciosenses. Serve aqueles que querem regressar do fim-de-semana e serve também aqueles que procuram a bonita e relaxante Ilha Graciosa para passar o seu fim-de-semana.

São diversos problemas que nos levam a concluir que essas ligações com a Terceira, previstas para as 16 horas e 40 minutos, todos os dias, não interessam aos graciosenses.

Eis o porquê!

**Primeiro**, porque as nossas idas para Lisboa, se exceptuarmos as segundas-feiras, terão sempre de ser feitas por São Miguel o que obriga a mais uma descolagem e uma aterragem, chegando-se à capital apenas à 1 hora da madrugada, já do dia seguinte;

**Segundo**, porque voos a essa hora não nos permite apanhar os aviões da TAP na Terceira os quais permitiriam chegar a Lisboa a horas decentes, ou seja, à tarde;

**Terceiro**, porque se o nosso destino final for o Porto, faço aqui lembrar que desde estudantes a comerciantes passando por professores, já são em número razoável aqueles que procuram aquele aeroporto, ter-se-á que pernoitar na Terceira, em São Miguel ou mesmo em Lisboa, para no dia seguinte continuar a viagem para a capital do norte.

Bem se poderia evitar essa pernoita.

**Quarto**, porque as ligações com as ilhas de São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo são péssimas, exactamente por não permitirem seguir para os respectivos aeroportos sem que se passe uma noite na Terceira. Bem sei que me podem responder que o fluxo de passageiros para aquelas ilhas não é muito, mas a isso sou obrigado a dizer que a continuar assim cada vez serão menos. Faço notar que passageiros da Graciosa para o Faial sempre são alguns, e uma parte considerável deles até são doentes.

Como é óbvio olhámos para os horários das outras ilhas e reparámos que há voos em horários bem mais nobres na medida em que servem melhor as suas populações no que se refere às ligações com as outras ilhas do arquipélago bem como com o continente português.

Em tempos idos tivemos horários que nuns dias chegavam e partiam logo pela manhã, noutros dias à tarde e noutros ainda a meio do dia, isso dava-nos uma

flexibilidade de escolha bem maior e considero que a SATA, nessa altura, prestava melhor serviço.

Continuo a julgar, e como eu muitos graciosenses, que um horário desse tipo seria o que melhor se adaptava aos nossos interesses.

Este novo horário toca as raias de escândalo, no que se refere aos justos anseios de quem escolheu a Graciosa para viver ou desenvolver a sua actividade, e por isso já se manifestaram contra ele o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa e o Sr. Presidente do Núcleo Empresarial da Ilha Graciosa.

Sem querer minimamente beliscar a consideração e estima que nutro por V. Ex. Sr. Secretário da Economia, devo dizer-lhe que este horário não serve os nossos interesses, cheira mesmo a restos dos outros e é discriminatório já que não dá a tal igualdade de oportunidades em 6 dos 7 dias da semana e deve ter sido elaborado por alguém que não conhece minimamente a nossa realidade.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Desde há alguns anos que a Transinsular, com o navio porta contentores Vitorino de Nemésio, deixou de escalar a Graciosa para em sua substituição aparecer, nessa escala, a empresa “Boxeline”, com o navio porta contentores São Gabriel.

Pode-se dizer que a partir dessa data os Graciosenses encontraram “o Cabo das Tormentas” no que se refere a transportes marítimos de cargas quer com o continente português quer com as demais ilhas do arquipélago, se daí for retirada a Terceira já que os transportes Marítimos Graciosenses continuam a prestar um serviço bissemanal digno de ser louvado.

Umás vezes porque não havia bom tempo, outras porque não havia piloto, outras porque havia um determinado comandante do São Gabriel e outras tantas, ou mais ainda, porque não havia, e continua a não haver, vontade para servir bem a Graciosa.

Continuamos, portanto, neste sector dos transportes, sem que o Governo ponha mão em tudo isto apesar de, já em 2001 ter feito um requerimento dando a entender que este sector andava mal e onde pedia que me fosse indicada se era ou não política do Governo Regional que a Ilha Graciosa tivesse uma viagem regular, quinzenal, de um porta contentores que ligasse a Graciosa a São Miguel e ao continente português.

É obvio que a resposta me foi escamoteada, talvez porque não havia definida essa política de transportes marítimos, e hoje pode-se mesmo dizer que a ilha perdeu o carácter de regularidade nas ligações marítimas com esses dois importantes mercados.

As consequências são óbvias e fáceis de adivinhar. Tem gerado polémica quanta baste, vida difícil aos empresários e como consequência final quase tudo acaba mais caro para o consumidor graciosense.

Tem-se andado de tentativa em tentativa para remediar esta situação e ultimamente, com o apadrinhamento do Sr. Director Regional dos Transportes, criou-se uma solução que é uma parceria entre a Boxeline e os Transportes Marítimos Graciosenses a qual passa, no essencial, por uma viagem mensal da primeira transportadora à Graciosa e nas restantes semanas serão os TMG's a transportar as cargas que à Graciosa se destinam, sendo essa baldeada na Praia da Vitória.

Esta solução, que no entender de alguns era considerada milagrosa, já se revela na prática uma autêntica dor de cabeça.

Como nunca se tem a certeza se o São Gabriel descarrega na Graciosa ou na Praia da Vitória, a carga para aquela ilha, dependendo disso do estado do mar no porto da Praia da Graciosa vão acontecendo uma série de fenómenos que vamos explicar:

- 1- Limita-se o tamanho e o número de contentores com destino à Graciosa.
- 2- Desaconselha-se o uso de contentores de 40 pés, quando os comerciantes só encontram vantagens nesse tipo de contentores já que eles conseguem transportar mais carga e saem mais baratos cerca de 600 euros do que dois contentores de 20 pés.

3- Há certos materiais que só podem ser transportados em contentores de 40 pés sendo exemplo disso os alumínios, as madeiras e determinadas máquinas pesadas.

4- No que se refere a contentores de frio, contendo por exemplo fruta, parece que já ninguém os quer enviar para a Graciosa uma vez que eles tem de ficar parqueados na Praia da Vitória e ninguém assume o pagamento da necessária electricidade, nem o barco dos TMG's tem possibilidades de os alimentar, enquanto em viagem.

5- Contrariamente ao que disse o Sr. Director Regional dos Transportes, sabe-se agora, que muitas companhias seguradoras apenas asseguram as cargas até à Praia da Vitória e se desresponsabilizam na viagem daquele porto para a Graciosa porque, segundo as referidas companhias de seguros, os barcos dos TMG's não têm condições de segurança para transporte de contentores.

6- Dado o pequeno número de contentores que podem viajar, de uma só vez, no barco dos TMG's, têm ficado contentores atrás, ou seja, na Praia da Vitória, o que causa situações incómodas em saber qual a carga prioritária. Como isso já aconteceu, algumas firmas acabaram mesmo por perder as suas vendas.

7- Os importadores que se aventuram a pedir as suas cargas em contentores de 40 pés, para irem no navio São Gabriel, se o tempo está mau no dia previsto para a escala daquele navio na Praia da Graciosa, vêm as suas mercadorias irem-se embora e só no mês seguinte chegam à ilha.

8- Não posso deixar também de referir que a 29 de Janeiro deste ano estiveram na Graciosa pessoas da administração da Boxeline que de entre outras coisas, e após muita discussão, disseram o seguinte numa reunião com o núcleo empresarial da Ilha Graciosa e seus associados:

a) Que está dilatado no tempo o compromisso que tinham para com o Governo Regional de irem à Graciosa, e que nesta altura não têm mesmo essa obrigação.

b) Não têm hipóteses de voltar a fazer viagens quinzenais, para a Graciosa, dado não terem frota disponível nem a irem alterar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estes, e outros que não referi, são problemas a mais numa área fulcral para ajudar a fixar a população à sua ilha, e para que o já débil tecido empresarial graciosense se possa desenvolver.

Em nome dos graciosenses, nesta casa mãe da nossa democracia que é a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, deixo o pedido ao Governo Regional de que faça restabelecer, urgentemente, uma viagem quinzenal de um porta contentores que ligue a Graciosa ao Continente passando também na Ilha de São Miguel.

Não termino esta minha intervenção sem deixar, para reflexão de quem de direito, as seguintes perguntas:

- 1- Quem se pretende servir, com todos estes problemas, já que aos graciosenses não será de certeza absoluta?
- 2- Até quando vai continuar penalizada a Ilha Graciosa?
- 3- Porque não têm os graciosenses igualdade de oportunidades neste sector dos transportes marítimos de cargas?
- 4- Há ou não uma política regional integrada, racional e justa de transportes marítimos de cargas onde esteja incluída a Ilha Graciosa?

Disse

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado João Cunha:

O senhor trouxe a esta casa dois problemas importantes: o transporte aéreo e as ligações entre a Graciosa e Continente e o transporte de cabotagem insular.

Em relação ao transporte aéreo e as suas ligações com o exterior, devo dizer que isto depende de duas empresas, uma regional, que é da tutela da Região Autónoma dos

Açores (a SATA AIR AÇORES) e a outra, no caso da TAP, tutelada pelo Governo da República ou TAP.

A TAP, nos últimos tempos, tem programados, para a Ilha Terceira, voos de manhã, o que torna extremamente difícil colocarmos os habitantes da Graciosa antes das 10H30 naquela ilha, porque os aviões estacionados em São Miguel, partem às 7 horas da manhã com destino ao Faial, o que torna muito difícil a sua chegada à Graciosa.

É preciso perceber que nós temos 9 ilhas. Todas elas pretendem essa ligação, desde São Jorge, Pico, Flores e Corvo, o que não é fácil.

Já tentámos, por várias vezes, resolver este assunto com a TAP, solicitando a esta companhia que programasse os voos para a Terceira, mais tarde. Até agora não conseguimos este objectivo. Isso também vale para a quinta-feira e para o sábado, nas ligações da Horta para o Continente.

Já enviámos cartas ao Sr. Ministro, ao Sr. Secretário de Estado, ao INAC, à própria companhia e estamos a aguardar resposta.

A realidade é que quando há uma só ligação por dia, alguém fica penalizado, ou os que chegam ou os que partem, porque o avião que chega pode servir de ligação para o avião que parte, mas certamente não servirá de ligação para os que vêm do Continente para ir para a Graciosa.

Certamente é sempre mais fácil por São Miguel, porque São Miguel tem sempre dois voos todo ano, um de manhã e outro à noite. Essa é uma solução melhor. Sei que não agrada a todos, mas temos nove ilhas, o que torna extremamente difícil a feitura de um horário que sirva as 9 ilhas dos Açores e que todas as ilhas consigam sair no mesmo dia com os diversos gat-ways.

Todas as alterações que o Sr. Deputado poderá recomendar, e que eu aceitarei de bom grado, têm que ser verificadas com a SATA, porque certamente terão influências noutros voos e noutros horários.

Quanto aos meses de Julho e Agosto, nós mantemos. São os meses em que há maior procura da Ilha Graciosa. Os custos do transporte ao fim de semana são extremamente elevados, porque nós temos um conjunto de tripulação que também

tem que descansar, o que torna difícil aumentar este leque para além de Julho e de Agosto.

O número de taxas de ocupação que neste momento se verificam para a Graciosa, não justificam este aumento nesta estação.

Nós gostaríamos muito de ver a Ilha Graciosa desenvolvida, em termos turísticos. Certamente que quando isso acontecer, como acontece por exemplo com Santa Maria, onde já há ligações diárias durante todo o ano, isso acontecerá também na Graciosa.

Estamos abertos para apoiar todas as oportunidades de investimento nesta área.

Em relação ao transporte marítimo, gostaria que ficasse bem claro que o transporte de cabotagem insular não é da competência do Governo Regional.

**Presidente:** Sr. Secretário, agradecia que sintetizasse.

**O Orador:** É um Decreto-Lei de 98, da República.

O Instituto Marítimo Portuário regulamenta todos os armadores que querem vir aos Açores. Eles são obrigados a cumprir quinzenalmente 5 ilhas e, mensalmente, as 9 ilhas dos Açores. Todos os armadores que, neste momento, estão a transportar para os Açores fazem isso, só que a Ilha Graciosa, neste momento, tem um problema acrescido, que são as dificuldades de atracagem existentes no seu porto.

Quando a Transinsular tinha o Vitorino Nemésio era muito fácil haver regularidade e periodicidade na carga e descarga na Ilha Graciosa.

Este navio deixou de pertencer ao efectivo da Transinsular. De vez em quando ela freta este navio, quando lhe dá jeito, quando lhe convém.

A Transinsular não era obrigada a cumprir as 8 ilhas dos Açores, excluindo o Corvo, quando outras companhias, como a Mutualista e a Boxeline, não o estavam a fazer.

Em face disto, nós solicitámos ao Governo da República que solicitasse aos armadores, dado que a Transinsular solicitou ao IMP para não ir à Ilha Graciosa, mas sim outro armador.

A Mutualista na altura estava a fazer 6 ilhas, só restava à empresa Boxeline fazer a Graciosa.

Nenhum dos armadores, neste momento, possui navio adequado para fazer transporte para a Ilha Graciosa. Os porta-contentadores existentes são demasiado grandes e normalmente têm dificuldades naquele porto.

A Mutualista estaria disponível se fosse obrigada. A Transinsular não se sente obrigada, o Governo da República tem dificuldades em obrigar e a empresa que neste momento está fazendo menos toques nas diversas ilhas é a Boxeline, que se comprometeu a fazer esta ligação.

O que é que aconteceu?

Aconteceu aquilo que nós estávamos a prever: as duas ligações mensais que fazia, muitas vezes não eram possíveis, devido ao mau tempo, principalmente nos meses de Novembro, Dezembro, Janeiro e Fevereiro.

O navio não está sempre cá e quando está disponível para ir à Graciosa, nessa altura está mau tempo.

Apesar do Governo Regional não ter competência nesta área, tentou encontrar uma solução, solução essa que cumprindo o que estava estipulado naquele Decreto-Lei, a Graciosa pudesse vir a ser beneficiada, ou seja, em vez de ter duas ligações mensais, passava a ter três.

Fê-lo à custa de alguns sacrifícios das taxas portuárias, nomeadamente na Graciosa, para que fosse possível, à empresa armadora, no caso concreto a Boxeline, poder sustentar os TMG's na ida à Graciosa.

É evidente que os TMG's não têm o barco mais adequado para esta operação. Só podem transportar 15 contentores de 20 pés e não podem transportar contentores de 40 pés.

Nós estamos a tentar, apesar de todos os problemas existentes e de não ser da competência do Governo Regional, resolver este assunto. Já contactámos o IMP para esse efeito.

Nós, Governo Regional, estamos sempre do lado da solução, não estamos do lado dos problemas.

O que é que fizemos?

**Presidente:** Sr. Secretário Regional, faço um enorme apelo à sua capacidade de síntese, embora perceba que o Sr. Deputado João Cunha esteja interessado em ouvi-lo.

**O Orador:** Este assunto é demasiado complexo para resolver em pouco tempo.

Numa intervenção posterior, eu voltarei ao assunto.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão dos transportes colocada pelo Sr. Deputado, em relação à Graciosa, atinge as ilhas pequenas da Região Autónoma dos Açores.

Há situações que eu, pessoalmente, até compreendo, em relação à salvaguarda de uma empresa chamada SATA. Eu compreendo, por exemplo, que ao chegar das Flores no avião da SATA, esteja a aterrar exactamente no momento em que está a preparar-se para sair o avião da TAP que da Horta vai para Lisboa. Compreendo, porque é a empresa que se está a salvaguardar.

O Sr. Secretário em relação a esta questão escusa de dar explicações, porque eu compreendo. É a norma do mercado, é a empresa que está salvaguardada. Esta é a realidade, não vale a pena arranjar justificações.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Não tenho nada a ver com isso!

**O Orador:** Desculpe, Sr. Secretário, isto acontece comigo dezenas de vezes. Quando chego à Horta, o avião da TAP está a partir.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** O horário não é às 11h30?

**O Orador:** Desculpe, na Horta, salvo erro, o avião da TAP sai às 12h40 precisamente no horário em que o avião das Flores está a chegar.

Eu compreendo essa questão. Eu vou embarcar a São Miguel, porque vou na SATA Internacional para Lisboa.

Agora o que eu não compreendo são outras coisas. Eu não compreendo que numa reunião que a Comissão de Assuntos Sociais faz em São Jorge, eu, para participar nela, tenha que sair das Flores na véspera...

**Deputado João Cunha (PSD):** E se fosse da Graciosa tinha que sair ainda mais cedo!

**O Orador:** ... e para regressar às Flores saio de São Jorge para São Miguel, para embarcar no dia seguinte. Este tipo de ligações é que eu não compreendo, porque tinha que haver uma melhor coordenação, em relação às ilhas pequenas.

**Deputado João Cunha (PSD):** Já houve!

**O Orador:** Por outro lado, há uma outra questão que não compreendo e que foi colocada pelo Sr. Deputado João Cunha, que é o problema, aos Domingos, nas ilhas pequenas.

Está comprovado que os voos ao Domingo, durante o Verão, para a Ilha das Flores, andaram sempre com uma lotação aceitável. O voo foi altamente rentável. No entanto, a SATA continua a teimar em apenas fazer voos durante dois meses, no Verão.

É absolutamente incompreensível que, depois da SATA ter cancelado esta semana os voos da Segunda e Terça-Feira para as Flores, a previsão da meteorologia afirmava que a partir das 12 horas do dia de hoje as Flores iria estar debaixo de tempestade, a SATA tenha programado a sua chegada àquela ilha exactamente ao meio-dia.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** O senhor está cá!

**O Orador:** Sr. Secretário, eu estou cá porque a SATA em vez de ter chegado ao meio-dia, como estava previsto, chegou um pouco antes, porque se tivesse cumprido o horário, provavelmente eu não estaria cá.

É incompreensível que depois de dois cancelamentos não haja reposição de voos.

É incompreensível que, perante a necessidade de reposição de voos, não se altere o próprio voo da Quarta-Feira, no sentido de se ir de encontro às necessidades da população e àquilo que hoje se prevê, porque quando a protecção civil anuncia que a partir das 12H00 do dia de hoje a ilha irá ser assolada por uma tempestade, não se compreende que a SATA não tenha alterado o seu horário, no sentido de ter chegado uma hora ou duas antes.

Disse.

**Presidente:** Srs. Deputados, como puderam observar, fizemos uma passagem da Graciosa para as Flores.

**Deputado Mark Marques (PSD):** A intervenção foi sobre transportes!

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Estamos a falar de transportes!

**Presidente:** A intervenção do Sr. Deputado João Cunha foi sobre a Graciosa.

Com muita latitude a Mesa aceitou, considerando que se estava a falar de transportes, só que agora fico na dúvida em que ilha é estamos e qual o tema.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Estamos nos Açores. Somos Deputados Regionais!

**Presidente:** Eu creio que seria bom, para disciplinarmos o trabalho, voltarmos à Graciosa.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

**Deputado José Nascimento Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado João Cunha:

Ouvi com muita atenção a sua intervenção, como não podia deixar de ser, uma vez que se tratava da Ilha Graciosa.

Na minha opinião, a sua intervenção merece quase a totalidade do meu apoio, porque realmente reivindica coisas que são necessárias e indispensáveis à Graciosa.

No entanto, eu gostaria de chamar a atenção para o facto de que é extremamente difícil fazerem-se horários. Disso eu não tenho a menor dúvida.

Se tivéssemos aqui 20 horários, com certeza que nem todos estariam de acordo com eles. Há sempre uns que beneficiam mais, outros beneficiam menos. Isso é perfeitamente normal.

**Deputado José San-Bento (PS):** *Muito bem!*

**O Orador:** Fala-se no voo ao Domingo. Obviamente que eu preferia que os voos ao Domingo, principalmente na época de Verão, se realizassem nos meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro e o mesmo deveria ser extensivo às Flores.

Porém, eu gostaria de lembrar e relembrar que foi graças a este Governo do Partido Socialista que se fizeram voos aos Domingos para a Graciosa e para as Flores, porque eles não existiam até então.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Há aqui uma situação para a qual eu gostaria de chamar a atenção. Este horário com o qual não está de acordo, realmente não é fácil qualquer pessoa estar de acordo com ele. Mas não podemos ver só o nosso problema pessoal, temos que

ver o problema em conjunto. Serve ao João, não serve ao Manuel; serve ao Manuel, não serve ao António. É perfeitamente normal.

Neste horário de Verão tem que reconhecer que houve um aumento de ofertas de lugares da SATA, porque o Dornier deixa de ir à Graciosa e passa a ser substituído pelo ATP. Aqui há uma melhoria, não é o ideal, mas é aquilo que é possível.

Fez referência aos voos da tarde. Eu não tenho a menor dúvida de que se o horário fosse só de manhã ia haver esse problema, porque deixava de haver voos à tarde.

A uns convém de manhã, a outros convém à tarde. Temos que conjugar as nossas vidas e orientá-las de maneira a poder usufruir destas situações que nos são postas.

Nos meses de Julho e de Agosto não há só voos à tarde. À Segunda, à Quarta e à Sexta, há voos de manhã.

Há uma possibilidade que é importante para a Graciosa, para os graciosenses e para os não graciosenses que se querem deslocar à Graciosa, nomeadamente de Lisboa. Como sabe, o maior fluxo que temos, verifica-se em relação à Terceira e as estatísticas falam por si (90 ou 95% das pessoas que se deslocam da Graciosa, ficam na Terceira).

Este horário dá a possibilidade de qualquer graciosense que quer sair da Graciosa chegue a Lisboa no mesmo dia. Pode não chegar na hora mais conveniente, mas isso é outra questão.

**Deputado João Cunha (PSD):** Quando chegar já é 1 hora da madrugada!

**O Orador:** Pode não chegar, mas também pode chegar. Conseguimos chegar todos os dias a Lisboa e vice-versa.

**Deputado João Cunha (PSD):** Chegamos no dia seguinte!

**O Orador:** Há 8 dias, saí de Lisboa às 8 da manhã e eram 11 horas estava em casa.

Em relação aos transportes marítimos, eu estou quase na totalidade em acordo, mas temos que ver que isso é uma actividade privada que tem os seus regulamentos e as suas leis.

Tenho aqui a lei que é da responsabilidade do Governo da República em que diz que:

“Sempre que os transportes previstos... deve incluir uma escala quinzenal em pelo menos 5 ilhas diferentes daquela Região Autónoma.

Poderão ser obrigados a cumprir uma escala mensal em todas as ilhas”.

**Poderão**, não é obrigatório. É provável que esta lei não esteja bem, mas compete ao Sr. Deputado fazer com que o seu Governo da República altere este tipo de situação.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

**Deputado João Cunha (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Coloquei aqui uma questão séria para a minha ilha e julgo que também séria para outras ilhas que sentem o mesmo problema, mas penso que a Ilha Graciosa é, nos dois sectores de transporte, quer aéreo, quer marítimo, a ilha mais penalizada dos Açores.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** Depois das Formigas!

**O Orador:** Excepção feita, talvez, para a Ilha do Corvo.

A Graciosa sente-se bastante prejudicada, porque esta matéria de transportes não está a ser seriamente feita, nem permite à Graciosa o seu verdadeiro desenvolvimento. Esse é um facto indesmentível e o Sr. Secretário, na intervenção que fez há pouco, concordou com isso.

O Sr. Secretário arranjou justificações, algumas das quais eu até aceito, mas há outras em que não entendo de forma nenhuma, e à boa maneira daquilo que disse o Sr. Deputado Paulo Valadão, por que é que a SATA programa sempre os voos para as 16H30, com partida da Graciosa e não encontre mais dias para ir àquela ilha de manhã, a não ser à Segunda-feira, isto eu não percebo!

Se a TAP programa os seus voos, no aeroporto das Lajes, para as manhãs, os senhores normalmente programam os voos da Graciosa para as tardes, todos os dias da semana, parecendo até – eu não quero ter esta intenção – que os senhores programam para que nós não possamos chegar a tempo aos voos da TAP, nem um dia, a não ser à Segunda-Feira. Como é que é possível? Será por acaso? Não é por acaso!

Relativamente aos transportes marítimos, eu acho imensa piada que agora, da parte do Governo e do Sr. Deputado José Nascimento Ávila, se venha com a questão de que a responsabilidade é do Governo da República.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** Não é verdade!

**O Orador:** O problema não é de agora. Desde há alguns anos que se coloca este problema das cargas, através de ligações marítimas, desde que a Transinsular abandonou a rota da Graciosa. Então sou obrigado a perguntar, o que é que os senhores andaram a fazer nos Açores e o seu Governo, na República? É esta a pergunta que deixo ficar.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de explicar ao Sr. Deputado Paulo Valadão e aos Srs. Deputados que às vezes falam sem saberem o que é que se passa, que quando a SATA Internacional está a transportar uma pessoa das Flores, está a pagar o transporte à SATA AIR AÇORES Flores/São Miguel.

O que é que lhe resta para o transporte Ponta Delgada/Lisboa? Três mil escudos, nem sequer dá para pagar a refeição a bordo, nem as taxas.

Não há qualquer vantagem em transportar qualquer açoriano que esteja fora de São Miguel, porque perde dinheiro, em termos económicos. De uma vez por todas, percebam isto, para eu não estar a explicar todas as vezes.

Todas as vezes que estamos a transportar alguém da Graciosa, de São Jorge ou das Flores, directamente para Ponta Delgada, a SATA Internacional tem que pagar à SATA AIR Açores a passagem equivalente e real. Isso custa dinheiro, muito dinheiro e o que resta é muito pouco. O ideal para a SATA Internacional era transportar apenas as pessoas residentes em São Miguel.

A SATA Internacional tem sempre um voo de manhã e outro à noite, para quê? Exactamente para superar as dificuldades que nós temos.

Se repararem, no Inverno, a TAP só vai uma vez por dia ao Faial e à Terceira.

O que é que acontece?

Se ela apanha a chegada das outras ilhas, não apanha a partida. Portanto, nunca consegue satisfazer as duas partes.

A SATA Internacional funciona em São Miguel como o último refúgio. Por São Miguel é sempre possível sair e entrar. Nem sempre é possível chegar à ilha no

mesmo dia, mas fazemos o que podemos. Isso é feito estrategicamente para que isto aconteça. É ao contrário do que os Srs. Deputados estão a pensar. A SATA Internacional não está a roubar passageiros à TAP, porque todas as vezes que transporta alguém de outra ilha, está a ter prejuízo.

Falando da moeda antiga, o transporte entre as Flores e Ponta Delgada deve andar à volta dos 20 e poucos contos.

Se fizer a diferença, quanto é que a SATA Internacional recebe?

Recebe muito pouco, uma diferença mínima.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** E o subsídio?

**O Orador:** Qual subsídio?

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Do serviço público!

**O Orador:** O subsídio serve para tudo isso, mas quanto mais eu transportar ali, mais eu estou a perder. O ideal seria não transportar, realizar os voos que nunca fizessem ligação, porque recebia o subsídio à mesma.

Por que é que a TAP também não há-de fazer essas ligações?

A TAP não lhe convém fazer nenhuma ligação. A TAP não está disponível para fazer ligações com as outras ilhas.

Nós, como somos da Região, e por isso é que temos uma empresa regional, procuramos servir todos os açorianos, tendo um voo logo de manhã, o mais cedo possível. Por isso é que as pessoas quando vêm de Lisboa levantam-se às 6h30 para chegarem aqui às 8H00, e às 9H00 estar pronto para sair e ter um voo o mais tarde possível para poder fazer ligação de todas as ilhas. Isto não é para roubar qualquer passageiro à TAP, antes pelo contrário, se a TAP pudesse levar os passageiros de todas as outras ilhas era o ideal para a SATA Internacional, mas não é assim que acontece.

Nós estamos aqui numa perspectiva regional.

**Presidente:** Sr. Secretário, agradecia que concluísse.

**O Orador:** Mas vamos ao problema dos transportes graciosenses...

**Presidente:** Não vamos, Sr. Secretário. Vamos deixar esse assunto para outra oportunidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

**Deputado José Nascimento Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma pergunta muito rápida ao Sr. Deputado João Cunha:

O senhor disse que por acaso a SATA fazia sempre a ligação de maneira a que os passageiros da Graciosa fosse, por Ponta Delgada para seguirem para Lisboa.

Por que será que a TAP não altera o seu horário por forma a levar os passageiros da Graciosa?

Não pode ser só a SATA a fazer de maneira que haja conjugação de voos.

**Deputado João Cunha (PSD):** Essa pergunta não é para mim, é para a administração da TAP, com certeza!

**O Orador:** Em relação à Transinsular, referiu duas vezes, tanto na sua intervenção, como na bancada, que ela tinha deixado de ir à Graciosa.

A Transinsular deixou de ir à Graciosa porque quis.

**Deputado João Cunha (PSD):** O senhor se calhar tem culpa nisso!

**O Orador:** Eu não tenho culpa nenhuma. A Transinsular é uma empresa privada que acabou por querer sair da Graciosa.

**Deputado João Cunha (PSD):** Porquê?

**O Orador:** Eles é que lhe podem responder.

Obrigado.

**Deputado João Cunha (PSD):** Por isso é que eu nunca lhe fiz essa pergunta!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Informo que o Governo Regional dispõe apenas de 2 minutos. Eu concedo-lhe mais um, excepcionalmente.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este assunto da Graciosa é complicado.

Eu já tinha começado a explicar. Vamos lá ver se “não perdem o fio à meada” ou se “conseguem pegar na meada”.

A Transinsular abandonou a Graciosa e fê-lo justificando ao Governo da República e ao Instituto Marítimo Portuário as razões pelo qual o fazia, ou seja, porque era a empresa que estava a fazer mais ligações nos Açores e estava a ter prejuízo.

Nessa altura a Mutualista estava a fazer 6 ilhas quinzenalmente. Portanto, a única transportadora que não estava a cumprir com mais de 5 ilhas era a Boxeline e foi solicitado a essa empresa para ela ir a esta 6ª ilha, a Graciosa.

Quando isso ocorreu em 2000, não sabíamos o que é que iria acontecer. Estávamos a observar atentamente o que estava a ocorrer.

O inverno de 2001 foi mau, muito mau. Houve problemas não só de mau tempo, como também do piloto, do comandante, dificuldade de atracar naquele porto. Quando um barco tenta chegar a uma ilha e não o consegue fazer, regressa para Lisboa. Mesmo que no dia seguinte esteja bom tempo, ele já não pode ir à Graciosa. Passados 15 dias, se acontecer o mesmo, verifica-se a mesma situação.

Nós tivemos que encontrar uma solução que foi a Boxeline ia uma vez e noutras duas vezes ia um barco mais pequeno lá, que ficaria situado muito próximo da Graciosa para, quando fizesse bom tempo, poder ir àquela ilha.

Nós estamos a tentar encontrar soluções para que esta solução corra bem.

Em relação às Flores, já encontramos seguradoras que assegurem, sem qualquer problema.

Vamos falar com os empresários, explicar-lhes por que é, e indicar quais as seguradoras que estão disponíveis para fazer isso.

Em relação aos contentores de 40 pés, falámos com a empresa e dissemos que sempre que houver grandes dificuldades, vão lá duas vezes, e essa situação vai ocorrer já este mês, em vez de ir os TMG'S, vai ir a Boxeline.

Quando existir mais de 15 contentores, que é o limite máximo que os TMG's podem transportar, vamos falar para, em vez irem lá três vezes no mês, vão duas vezes seguidas, num dia e no outro a seguir. É uma solução para o problema.

Nós estamos a tentar encontrar soluções.

Se, de facto, essas soluções não derem certo, nós vamos, ao nível do Governo da República, tentar encontrar outra solução para este problema, porque o problema actual não está bem resolvido.

Temos estado em contacto directo com o Instituto Marítimo Portuário e ele tem procurado, connosco, dando-nos alguma liberdade de actuação, resolver este problema.

A responsabilidade directa é do Instituto Marítimo Portuário.

O problema da Graciosa não está bem resolvido. Ou se resolve desta forma e harmoniza-se estes aspectos que ainda não estão bem organizados, ou então temos que encontrar uma nova solução, os armadores têm que ir uma vez lá.

Devo dizer que neste Natal, por exemplo, a Graciosa não teve problemas.

**Deputado João Cunha (PSD):** Teve sim senhor. Está enganado!

**O Orador:** Sr. Deputado, eu estou a dizer aquilo que sei.

Para Vila do Porto, a farinha foi transportada de avião.

**Deputado João Cunha (PSD):** Está bem, mas teve problemas!

**O Orador:** As Flores tiveram problemas graves de abastecimento. As pessoas podem não ter sentido na altura, mas eles foram resolvidos pela Secretaria Regional da Economia, através da Transinsular. Pagámos à empresa para transportar o gado daquela ilha, para que ele não ficasse retido.

Nós estamos sempre atentos aos problemas. Não temos é nenhuma varinha de condão para resolver todos esses assuntos.

Estamos disponíveis para solicitar ao Governo da República uma modificação deste Decreto-Lei de 98 e que a partir de 2000/2001, começou a não dar resposta correcta a uma ilha que antigamente não tinha qualquer problema ou se tinha era muito menor.

Penso que a solução encontrada poderá melhorar em muito o abastecimento na Graciosa. É preciso que ambas as partes procurem encontrar as soluções mais adequadas para os empresários.

Estamos em conversação com os empresários, estamos em conversação com as empresas, estamos a encontrar soluções e vamos procurar resolver este assunto. Não é fácil, mas os armadores actuais não têm o barco adequado para ir à Graciosa. Com isso é muito difícil resolver a situação.

Por muito que o senhor diga que tem que ir a Transinsular, a Mutualista ou a Boxeline, neste momento, nenhum armador tem o barco adequado para escalar aquele porto.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. O Governo neste momento esgotou o seu tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

**Deputado João Cunha (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para esclarecer aquilo que disse o Sr. Secretário. Sei que não tem tempo, mas não o vou provocar no sentido de me dar respostas.

O Sr. Secretário diz que os voos ao Domingo para a Graciosa é uma solução bastante cara para a SATA.

Devo-lhe dizer que aquilo que proponho, que propõem os graciosenses e as autoridades da Graciosa, é a substituição do voo da Sexta-Feira para ao Domingo. Poderá ficar mais caro, mas não será nesses números que o Sr. Secretário inicialmente tenha pensado. Era este o esclarecimento que gostaria de fazer.

Penso que não terá compreendido bem isso naquela que foi a minha intervenção de tribuna.

Sr. Secretário, continuamos no mesmo. Estão para encontrar outra solução, estão a tentar solucionar, mas o que é facto é que andamos nisto há uma série de anos e a situação da Graciosa, à medida que tempo vai passando, está a piorar. Esta é lamentavelmente a verdade. É pena.

Como disse, a Graciosa vai ficando cada vez mais atrofiada e para traz em relação às mais irmãs do nosso arquipélago.

Sr. Deputado José Nascimento Ávila:

Vejo que concorda em quase tudo com a minha intervenção naquilo que ela diz que está mal, mas a verdade é que vejo que o senhor fica acomodado e até defende os horários que aqui são apresentados. Parece que vamos ter que os engolir apesar de não estarmos de acordo, conforme o senhor disse, com muita coisa que lá vem.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A legislação que regulamenta a cabotagem insular deriva de uma mais antiga, do tempo do Prof. Cavaco Silva. A mais recente é do tempo do Eng<sup>o</sup> António Guterres. Quer a antiga, quer a actual são boas legislações.

Não tem sido por culpa da legislação que o sistema não tem funcionado.

Acontece que a legislação foi boa, funcionou bem, enquanto havia um operador na Região que mantinha cá um navio feed-arn. Atendendo às limitações do porto da Graciosa e do Pico, que são os dois piores na Região, e porque o navio estava sempre disponível ao fim-de-semana, se não fazia serviço ia a Ponta Delgada, colocava a carga nos grandes, regressava, fazia no fim-de-semana e não havia nenhum problema.

Acontece que um operador não é obrigado a estender o serviço público para além daquilo que são as suas obrigações, sobretudo quando outros não o fazem. Foi exactamente isso que o Sr. Secretário explicou.

A Região, pela mão do Sr. Secretário, lançou mão daquilo que era a sua obrigação. Foi dizer ao órgão da República, responsável pela fiscalização do cumprimento, para resolver o problema. O órgão da República cumpriu a sua obrigação, dizendo a um operador para fazer o serviço. Esse operador, claramente, não tem condições para efectuar esse serviço, por via do porto, de uma tripulação que tem as dificuldades que já foram referenciadas, por via da dimensão do navio e de um conjunto variado de circunstâncias.

O que é que o Sr. Secretário fez?

Lançou mão do que tinha mais próximo, uma empresa local que eventualmente poderia assegurar esse serviço.

Será que essa empresa local pode assegurar esse serviço?

Efectivamente não consegue assegurar, por via do tipo de embarcações que tem que, desde logo, limitam os graciosenses à importação de cargas em contentores de 40 pés, quando o transporte em contentores de 40 pés é um factor fundamental para o funcionamento da economia regional, porque o custo unitário no transporte em 40 pés é mais barato do que o custo unitário do transporte, da mesma mercadoria, em contentores de 20 pés. Logo, os graciosenses, por esta via, estão penalizados.

Também poderão estar penalizados por outras vias que não andam por cima da mesa, e que é, desde logo, alguma tentativa de, na Praia da Vitória, sempre achar uma séria de embarques e de saídas de mercadorias, porque interessa a muita boa

gente nessa ilha que a carga vá não de Lisboa mas da Terceira e que o comércio da Graciosa se abasteça na Terceira.

Obviamente que isto não interessa de todo aos graciosenses que têm o direito e devem receber a sua mercadoria directamente do Continente, mas há quem não esteja interessado em que essa mercadoria venha directamente do Continente e esse alguém não é o Governo Regional, não somos nós. O Sr. Deputado João Cunha sabe do que é que eu estou a falar.

**Deputado João Cunha (PSD):** Sei muito bem!

**Deputado Mark Marques (PSD):** Todos nós sabemos!

**O Orador:** Nós somos um pouco vítimas disso e é um bom exemplo de quem defende as duas portas de entrada, porque se esquece que com duas portas de entrada há um circuito complementar, um transporte de um frete que tem que ser pago por alguém. Neste momento não está a ser pago, mas está a penalizar fortemente os graciosenses.

Neste momento, nesta circunstância e nesta Resolução, o Governo Regional e o Sr. Secretário lançaram mão de tudo o que tinham à sua disposição.

Veremos se é possível ou não é. O Sr. Secretário fará avaliação disso, mas como ele próprio disse, eu confesso que não tenho dúvidas nenhuma de que isto não é possível e que isto não vai resolver o problema dos graciosenses.

Como o Sr. Secretário também disse e foi muito claro, o passo seguinte, se não resolver, é mexer-se na legislação.

Só há uma solução de mexer nisto e resolver este problema, é que esta legislação, que é boa, precisa de ser actualizada numa questão muito simples.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

**O Orador:** Precisa de ser actualizada apenas na obrigatoriedade. As ligações semanais, as ligações quinzenais a 5 ilhas e uma ligação mensal às outras, não serve. Nós temos que partir para uma solução em que tenhamos as ligações semanais, mas, no mínimo, uma escala quinzenal a cada uma das ilhas. Isso só pode ser resolvido, não por força da Região, não por força da nossa legislação ou desta Casa, mas por força do Governo da República. É nisso que temos todos que nos empenhar em resolver o problema. Tem que ser por aí e não por outra via.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado.

Srs. Deputados, vamos suspender os nossos trabalhos por 30 minutos.

*(Eram 17 horas e 45 minutos)*

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos continuar com os nossos trabalhos.

*(Eram 18 horas e 25 minutos)*

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Osório Silva.

Deputado Osório Silva *(PS)*: **Sr. Presidente da Assembleia Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:**

**Permitam-me, em primeiro lugar, e na primeira vez que subo a esta tribuna, que dirija uma palavra de apreço a todos os deputados democraticamente eleitos pelos açorianos, assumindo assim solenemente o nobre e honroso compromisso de legislar e fiscalizar as competências do Governo Regional dos Açores, com vista à defesa dos interesses de todas as ilhas da Região, tendo em conta a especificidade de cada uma delas, com base num reforço progressivo e harmonioso do desenvolvimento, contribuindo, assim, decisivamente para a defesa da Autonomia da Região Autónoma dos Açores e por conseguinte, do bem-estar de todos os açorianos.**

**Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:**

**A Região Autónoma dos Açores vive hoje uma nova realidade no seu quotidiano económico, social e cultural, fruto, essencialmente, de um reforço, desde 1997 a esta parte, da acção política do Governo Regional.**

**Actualmente, os jovens vivem uma nova realidade social, muito diferente da vivida pelos nossos pais e avós. Uma sociedade mais livre, permitindo a nós jovens sermos críticos, exigentes, irreverentes, valorizando o nosso papel social e a nossa participação cívica e democrática, com vista à edificação de uma**

sociedade mais justa e mais solidária, onde os jovens possam protagonizar a mudança e ter melhores condições de assumir o futuro com as suas mãos.

O Governo do Partido Socialista assumiu em 1996 ter como uma das prioridades de actuação a política de Juventude. A importância que é dada ao tema não ficou por manuscritos no programa de Governo, muito pelo contrário, é real, e é um dos aspectos mais salientes da acção governativa.

No sentido de dar cumprimento a esta prioridade, o Governo Regional do Partido Socialista, desde 1997 a esta parte, preconizou um avultado reforço do investimento financeiro neste sector que se traduziu, num investimento global superior a 10.000 milhões de euros, superando assim de forma clara e inequívoca aquele que vinha sendo despendido pelos anteriores Governos.

A intervenção do Governo Regional dos Açores nesta área específica, e o seu desempenho bem sucedido, tem como eixos principais: a criação de programas para a promoção de estilos de vida saudáveis, prevenindo assim as dependências, particularmente o alcoolismo, o tabagismo e o uso de drogas ilícitas; a ocupação de tempos livres dos jovens; a mobilidade juvenil; o associativismo; e a Rede Regional de Informação Juvenil.

Existindo um reforço da informação junto de todas as escolas Secundárias da Região, de modo a colaborarem na inscrição e informação dos jovens, com vista à sua participação no programa de Ocupação de Tempos Livres, funcionando este por sua vez, em regime de sub programas, criando uma diversidade na ocupação, como exemplo “Ocupação em Férias”, “Ciência em Férias”, “Ambiente”, “Jovens Solidários”, e “Jovens Estudantes”, tendo sido aprovados no passado ano 1259 projectos que permitiram a participação de mais de 3000 jovens, que o programa “Jovens Estudantes” só terminará em 31 de Março do corrente ano, o que elevará o número total de jovens envolvidos no OTLJ.

Uma vez que só era possível a aderência a este programa de jovens com mais de quinze anos de idade, foram criados programas para os demais jovens como as “Férias Jovens”, sub dividida em dois programas de acção “Espaços de Juventude” e “Campos de Férias” que lhes permite ocupar os seus tempos livres, bem como proporcionar o desenvolvimento pessoal e social, com

**favorecimento da autoconfiança, capacidade de iniciativa, criatividade e sentido crítico da sua participação e envolvimento em actividades culturais, desportivas e recreativas.**

**Tendo atingindo a sua maior dimensão e mobilização aquando da realização da Semana da Juventude, possibilitando aos Jovens dos Açores, desenvolver actividades nas mais diversas localidades, com o objectivo essencial de animar a sua área de residência, com iniciativas nas mais variadas áreas e das mais variadas estirpes, com cariz lúdico e educativo; calcula-se que 15.000 jovens foram beneficiados por estas iniciativas, tendo sido apresentados mais de 40 projectos.**

**Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:**

**Tendo em conta a importância do contacto com novas realidades o programa “Mobilidade Juvenil”, possibilita a diversos jovens conhecer melhor a sua Região, tendo em conta a especificidade existente em cada uma das ilhas, fomentando a cooperação estreita e solidária entre os jovens das várias ilhas do arquipélago dos Açores.**

**Foram financiados 13 intercâmbios, envolvendo 102 jovens, das ilhas Santa Maria, S. Miguel, Pico, Faial, e Corvo. Tendo sido também apoiado grupos de Jovens que informalmente se organizaram para a realização de actividades de Mobilidade e Intercâmbio com o Continente e com as Comunidades Emigrantes.**

**Este programa foi criado no ano 2001 e visa fomentar um maior intercâmbio Juvenil, conduzindo os jovens a contactarem entre si, criando relações estreitas e solidárias entre jovens das várias Ilhas e/ou localidades do território nacional, com as comunidades emigrantes, contribuindo assim, decisivamente, para uma aproximação entre vivências e realidades sócio-culturais diferentes, aprofundando desta forma a identidade nacional.**

**O Associativismo Juvenil constitui uma das prioridades dentro das políticas de Juventude, não só pelo facto dos montantes que têm vindo a ser investidos serem bastantes elevados, no apoio aos Planos de Desenvolvimento das Associações Juvenis, mas também pela importância da sua actividade junto dos**

mais novos, com o objectivo de incrementar o movimento Juvenil dentro da comunidade açoriana; fomentando, com a colaboração de organismos públicos e privados, a luta contra o tabagismo, o alcoolismo e a droga; promover a educação ambiental, sensibilizando esta faixa etária para a defesa do património; aproximar os jovens das suas áreas de interesse, entre outros objectivos que estão incluídos no Associativismo Juvenil. Deste modo estão inscritos na Rede Regional de Associações Juvenis mais de 40 Associações, representando na totalidade mais de 20.000 jovens.

O Governo Regional tem vindo, progressivamente, a apoiar as mesmas, designadamente, na aquisição, beneficiação ou construção de sedes; nos congressos das Associações Juvenis; na requisição de funcionários, entre outros, através de programas específicos no âmbito Programa de Incentivo as Associações Juvenis (PIAJ), para as associações inscritas na Rede Regional das Associações Juvenis (RRAJ).

A promoção do acesso dos jovens à informação constitui, sem qualquer margem para dúvidas outra das prioridades da política de Juventude. Só através de uma informação organizada e disponível se poderá assegurar uma maior igualdade de oportunidades a todos os jovens, independente da condição do local onde inseridos.

Tendo sido esta uma das prioridades dentro do movimento associativo. Durante o ano transato, procedeu-se à abertura de novos postos de Informação Juvenil, implicando uma maior aproximação dos mesmos aos jovens, em vários Concelhos da nossa Região, nomeadamente: Concelho da Madalena, Concelho de Ponta Delgada e Concelho de Nordeste.

Estão também a ser preparados protocolos de cooperação para a abertura de novos Postos de Informação Juvenil, visando a total cobertura do arquipélago, nomeadamente um Centro de Informação em Angra do Heroísmo, Postos de Informação Juvenil na Praia da Vitória, Calheta de São Jorge, Povoação, Lagoa, Corvo e Santa da Cruz das Flores.

Mantendo em qualquer circunstância os já existentes, no Concelho da Horta, Vila do Porto, Lajes do Pico, Sta. Cruz da Graciosa, Velas, Ribeira Grande,

mais especificamente em Rabo de Peixe, e em Vila Franca do Campo. Sendo o seu funcionamento assegurado por 24 jovens bolseiros, seleccionados de acordo com a Resolução nº 132/2002, de 1 de Agosto, e estando outros 12 jovens já seleccionados a aguardar a sua nomeação.

A este propósito convém ainda referir que, na globalidade, a Rede Regional de Informação Juvenil agrega no seu funcionamento normal mais de 35.000 jovens, o que atesta bem do seu enorme sucesso.

**Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:**

Assim, e após uma análise cuidada de todos estes factores, que contribuem significativamente para o desenvolvimento dos Açores, e tendo em conta outros indicadores, nomeadamente, o decréscimo da taxa do desemprego da Região, actualmente fixada em 2,3 pontos percentuais, que coloca esta Região como uma das mais baixas taxas de desemprego do País, e o aumento da taxa de qualificação profissional dos jovens, é pois incontornável salientar o enorme sucesso obtido pela Governação Socialista, na obtenção de uma mudança a nível ascendente da realidade social regional.

Face a esta excelente e previsível constatação, é então possível verificar que na Região Autónoma dos Açores, a Juventude está bem e recomenda-se, e que a Região está como nunca, no bom caminho e assim continuará.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS): Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

Presidente: **Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, nem pedidos de esclarecimento, vamos passar ao Período da Ordem do Dia.**

**O primeiro ponto da nossa ordem de trabalhos consiste na apreciação do veto de Sua Excelência o Ministro da república, relativamente ao Decreto Legislativo Regional nº 32 – “Adaptação à Região Autónoma dos Açores da Lei nº 92/95, de 12 de Setembro, alterada pela Lei nº 19/2002, de 31 de Julho”.**

**Muito rapidamente, gostaria de esclarecer o seguinte:**

**Em 18 de Outubro de 2002, esta Assembleia aprovou um Decreto Legislativo Regional que adaptou à Região a Lei 92/95, de 12 de Setembro, alterada pela Lei nº 19/2002, de 31 de Julho.**

**Enviado o diploma ao Sr. Ministro da República, este comunicou que iria requerer ao Tribunal Constitucional a fiscalização preventiva da constitucionalidade.**

**Em 11 de Novembro de 2002, esta Assembleia pronunciou-se sobre o pedido, sustentando o diploma e legitimidade para legislar sobre esta matéria.**

**Em 19 de Novembro, o Tribunal Constitucional pronunciou-se pela inconstitucionalidade de todas as normas do diploma, com o fundamento na inexistência de interesse específico, afirmando concretamente que não se podia concluir que haja uma configuração especial que justifique que a proibição de tais práticas na Região Autónoma dos Açores se pauta por critérios diversos dos que valem para todo o território nacional.**

**Na sequência do Acórdão do Tribunal Constitucional, o Sr. Ministro da República exerceu o direito de veto, comunicando à Assembleia, em 21 de Novembro de 2002.**

**Conforme determina o Estatuto Político-Administrativo e o Regimento, todos os documentos baixaram à Comissão de Economia, a qual emitiu parecer a 14 de Fevereiro sustentando que a matéria em apreço é de interesse específico regional e recomendando a confirmação do diploma pelo plenário, com os votos favoráveis dos Deputados do PS e do PSD, e desfavoráveis do PCP, que apresentou declaração de voto.**

**Finalmente, de acordo com o artigo 279º da Constituição, com o Estatuto Político-Administrativo e com o apoio da jurisprudência do Tribunal Constitucional, designadamente do Acórdão nº 151, de 93, publicado no Diário da República nº 72, o diploma está em apreciação.**

**Compete a esta Assembleia pronunciar-se de novo, confirmando ou não o diploma, sendo exigido para a confirmação, uma maioria qualificada de 2 terços dos Deputados presentes, desde que superior à maioria dos Deputados em efectividade de funções.**

**O nosso Regimento trata especificamente deste aspecto. Segundo o Artigo 166º do Regimento, pode intervir um Deputado por cada Grupo Parlamentar e um autor do projecto ou proposta.**

**A partir deste momento está à discussão este diploma.**

***(Pausa)***

**Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.**

**Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

**Naturalmente é nossa intenção intervir nesta discussão para a confirmação ou não do diploma em questão. A posição deste Grupo Parlamentar é conhecida, está escrita, está anexa ao relatório, por isso estávamos na expectativa de que os promotores do próprio diploma fizessem a defesa dessa confirmação. Não o quiseram fazer. Com certeza estão no seu direito.**

**Esta reflexão vem a propósito do seguinte: nós, o que vamos fazer como legisladores, é terminar ou não um processo legislativo, ou seja, vamos votar ou não para que uma determinada matéria seja transformada em lei. É isso que vamos fazer como legisladores.**

**Este processo teve um percurso normal em todo o processo legislativo. Primeiro, apareceu quem propusesse; segundo, foi discutido nos termos previstos; terceiro, foi votado e foi aprovado. O percurso não parou aqui, continuou, porque para ser lei precisava ser publicado.**

**A quem competia publicar resolveu, também no quadro legal existente, pedir a fiscalização preventiva da constitucionalidade. Depois, com o acórdão declarando a inconstitucionalidade, exerceu o direito de veto.**

**Obviamente, e não repetindo o Sr. Presidente que de forma sintética e objectiva explicou o resto do processo, o processo foi devolvido. A Comissão competente apreciou-o e resolveu, legitimamente, por uma maioria de deputados, fazer uma recomendação, que fosse confirmado. É isso que vamos fazer, vamos confirmar ou não confirmar.**

A diferença neste momento é esta, é que neste ponto do processo – poucos processos chegam a este ponto – é preciso que sejam dois terços dos deputados presentes a votar positivamente para transformar aquela proposta em lei. No fundo é esta questão que está em causa.

O problema jurídico que apareceu no meio disto e que foi largamente debatido no local próprio, que é a Comissão, faz parte do próprio processo, mas não ilude o problema fundamental, isto é, o que sair daqui, se houver dois terços de deputados a votar afirmativamente aquela matéria, será lei. Se não houver esses dois terços, não será lei.

Portanto, colocadas as questões assim, todos sabemos o que vamos fazer.

Os que, seja por razões materiais, seja por razões de entendimento, seja por outras razões, entendem que esta matéria não deve ser lei, têm que votar nesse sentido. Os que entendem que esta matéria deve ser lei, votam no sentido adequado.

Posta esta questão geral e para que não haja confusões do que estamos a tratar, interessa, resumidamente, dizer a posição do meu partido.

O Grupo Parlamentar do PCP, na primeira vez que o diploma subiu, teve a posição que é bem conhecida de todos. Nós não concordámos. Como Grupo Parlamentar votámos contra a aprovação do Decreto Legislativo Regional, inclusivamente apontámos nesta Sala de que considerávamos que o Projecto de Decreto Legislativo era inconstitucional.

Nós mantemos essa mesma posição. Não vemos nenhuma razão para apoiar esta matéria que divide profundamente a sociedade açoriana, onde não se sabe, em relação à ilha para a qual é defendida esta situação, o grau de apoio da própria população e que difere de outras práticas dentro da tauromaquia.

Pensamos que não estão criadas condições para ser aprovada e há problemas constitucionais.

Pensamos também que estamos muito longe de ser um problema que mereça que esta Assembleia, mesmo se entendendo sobre isso, possa arvorar num instrumento de confrontação e de combate institucional, especialmente no momento – e para nós isto é de decisiva importância – em que há diligências

**para se procurar encontrar caminhos adequados para a clarificação do poder legislativo regional.**

**Esta persistência, para não classificar de outra maneira, em que esta matéria deve ser confirmada para abordar o problema desta forma, traz, no entender do Grupo Parlamentar do PCP, graves prejuízos a esses esforços, no sentido da clarificação do poder legislativo regional.**

**Certamente que estamos numa batalha que não sortirá os efeitos pretendidos.**

**Tenho a profunda convicção pessoal que este diploma, neste quadro, vai ser declarado inconstitucional no momento adequado e em termos definitivos.**

**Entretanto, houve quem pensasse e optasse por ser esta uma matéria adequada para se usar aquilo que alguns deputados desta Casa chamam de persistência institucional.**

**Não é, porque não assenta nem numa união da sociedade, nem num problema que esteja clarificado na cabeça de todos aqueles que têm que decidir.**

**Portanto, estamos aqui numa causa e com um objectivo que vai, na minha convicção, na convicção desta bancada, prejudicar seriamente alguns esforços em curso, tendentes à clarificação da vida política regional.**

**O PCP, em coerência com a posição que assumiu desde o início deste processo, em coerência com a posição de voto que teve na primeira vez em que o diploma foi vetado, naturalmente que vai votar pela não confirmação do diploma, porque se entendia, por várias razões, que ele não devia ser aprovado da primeira vez e continua a entender que ele não deve ser aprovado agora.**

**Se o diploma for votado com os dois terços, será naturalmente confirmado.**

**A nossa intenção é que não o seja.**

**Muito obrigado.**

**Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.**

**Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários Regionais:**

**Em relação a esta matéria, eu gostaria de começar por esclarecer o seguinte:**

**Eu discordo em completo da forma como o Sr. Deputado José Decq Mota colocou esta questão. Se o Sr. Deputado tivesse tido o cuidado de, em relação ao**

enquadramento deste problema, ter feito a ressalva que fez a dada altura da sua exposição, relativamente à persistência que na opinião do PCP traz graves consequências, esta parte da minha intervenção seria, por completo, desnecessária.

Deputado José Decq Mota (*PCP*): E é!

O Orador: Não é, porque o Sr. Deputado José Decq Mota colocou a questão *ab initio* querendo definir aquilo que nós estamos a discutir aqui. A forma como o Sr. Deputado definiu aquilo que nós estamos a discutir aqui, merece a minha discordância total e absoluta, porque eu considero que não seja possível ter esta perspectiva. Considero ser possível ter a sua perspectiva.

O que eu considero é que não se pode limitar a possibilidade de existirem outras perspectivas, nomeadamente a de considerar que aqui poderão estar em causa outras questões levantadas por outros órgãos.

Se o Sr. Deputado José Decq Mota tivesse tido esta abrangência em colocar a questão, que não teve, eu não teria intervenido.

Sinto a necessidade de fazer esta ressalva, porque nesta matéria, especialmente nesta matéria, há diferenças de entendimento.

Portanto, eu não me vou pronunciar, em concreto, sobre a questão da substância do diploma. Considero que em relação à substância do diploma, os dados que neste momento este Parlamento tem, nomeadamente ao nível da pronúncia que foi feita pelo Sr. Ministro da República e o relatório da Comissão que reapreciou o diploma, são suficientes para a sua apreciação.

Com esses dados, considero que mais argumentos aduzidos a esta matéria não trarão nada de novo.

Gostaria de salientar neste aspecto, intervindo na qualidade de Presidente do Grupo Parlamentar do PS, duas questões:

A primeira é que da mesma forma que na discussão de matéria de substância sobre esta questão, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista teve inteira liberdade de voto, em todo este processo, até ao final, o Grupo Parlamentar do PS encontra-se unido em exercer as funções de deputados, independentemente

do sentido de voto que cada um pode assumir no exercício da sua liberdade de voto.

Em segundo lugar, gostaria de salientar, por forma a facilitar o andamento destes trabalhos, que, por Deputado do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, serão apresentadas declarações de voto escritas no seguimento daquilo que consagra o Regimento. Elas demonstrarão a esta Câmara as razões que fundamentam a opção de voto de cada um, no exercício da liberdade de voto que é estabelecida.

Da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é esta a questão que interessa realçar.

O que não se deve fazer nesta matéria, porque presumo que nada de novo acrescentaria a este debate, será uma discussão de fundo, novamente sobre a questão substancial, invocando agora esses ou outros.

Nesta questão, o que me parece perfeitamente claro, é que a forma como o Sr. Deputado José Decq Mota não terá colocado a questão nesses termos, foi inconsciente.

Deputado José Decq Mota (*PCP*): Eu não lhe posso responder!

O Orador: Pois não. Eu também quando acabar de falar, não posso falar mais.

Portanto, gostaria de manifestar discordância em relação à forma como o colocou e esclarecer estes dois pontos, da liberdade de voto que foi estabelecida para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e para a circunstância de haver deputados do Grupo Parlamentar do PS que irão apresentar declarações de voto escritas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nesta matéria, o Grupo Parlamentar do PSD entendeu, desde a primeira votação, que estava em causa uma matéria de consciência e de liberdade de voto. Foi esta a opção que o Grupo Parlamentar e cada um dos Deputados que o constitui tomaram na primeira votação.

**Por parte do Grupo Parlamentar do PSD vamos manter este mesmo exercício de liberdade de consciência de voto, quanto a esta matéria.**

**Esta é uma segunda votação que corresponde à possibilidade estatutária e constitucional da Assembleia Legislativa Regional reconfirmar um acto legislativo vetado pelo Sr. Ministro da República, fundamentado num Acórdão do Tribunal Constitucional, que declarou a inconstitucionalidade do diploma.**

**Portanto, há a possibilidade legal, estatutária e constitucional do Parlamento fazer esta reconfirmação.**

**O sentido e a motivação de voto de cada um dos Srs. Deputados, no exercício pleno da sua liberdade de consciência e de voto, é sempre aquele que cada um entender fazer, enquadrado neste processo de reconfirmação do acto legislativo vetado.**

**Cada Deputado da bancada do Grupo Parlamentar do PSD manterá a sua liberdade de voto e fará, se entender, uma declaração de voto, por escrito, que apresentará à Mesa.**

**Não fazemos qualquer consideração que segmente a motivação de voto de cada um dos Srs. Deputados, mesmo nesta segunda votação, deixando por isso a liberdade de, na declaração de voto a apresentar por escrito, cada um explicar a motivação respectiva que teve para a decisão do seu voto.**

**Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.**

**Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:**

**Quando não há consensos, é nas matérias onde há certezas absolutas que a coragem, a convicção e a determinação são essenciais.**

**Pela nossa parte, assumimos sempre aquelas que são as nossas convicções, aquelas que são as certezas ideológicas que partilhamos.**

**No passado fizemo-lo em nome da tradição. Hoje, aquilo que está em discussão é sermos ou não a favor da autonomia.**

**Hoje, sem dúvida, mais uma vez o nosso Grupo Parlamentar manifesta, não o apoio à tradição, porque não é isso que está em discussão agora, mas o nosso apoio à Autonomia.**

**Razão não poderia existir. Muito mal estaria a nossa Autonomia se um simples espectáculo, independentemente da opinião que tenhamos sobre a matéria, não pudesse, por nós, ser legislado.**

**Uma coisa é ser a favor ou contra, outra bem diferente, que é aquela que aqui está em discussão, é sabermos ou não se a nossa Autonomia Regional tem ou não competência para legislar sobre esta matéria.**

**Aliás, não é por acaso que o próprio Regimento quando fala nessa matéria, quando indica o parecer que a Comissão aborda, fá-lo em relação à matéria controvertida, em relação àquilo que foi razão de inconstitucionalidade e a razão da inconstitucionalidade que foi apontada, foi terem dito a nós, representantes dos açorianos que, independentemente de cada uma das nossas opiniões pessoais, não temos competência para legislar. Nós não aceitamos que assim seja, nem que, para o futuro, outras sejam as votações, as maiorias que determinam o sentido dessas mesmas votações, nem que fosse para, no futuro, chumbarem aquilo que no passado aprovámos.**

**Aquilo que está em discussão é tão só isso: saber se podemos ou não legislar sobre esta matéria. Mais nada, para além disso!**

**Com essa convicção, com essa certeza de que a Autonomia se conquista no dia a dia e com determinação, com a certeza de que temos capacidade e a obrigação de conquistar aquela competência que já nos pertence por direito, é sobre isso, tão só sobre isso, que nos vamos debruçar, sendo que muito mal estaremos quando, por uma mera opinião sobre o conteúdo de uma matéria, acharmos bem que outros órgãos nos tirem competências. Essa não é a razão de ser da Autonomia.**

**Opinião, cada um terá a sua e já a manifestámos.**

**Sobre a Autonomia tenho a certeza e a convicção de que seremos muitos aqueles que acreditamos que a Autonomia se conquista com essa mesma determinação.**

**Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar.**

**Os Srs. Deputados que concordam com a confirmação deste diploma, por favor mantenham-se como se encontram.**

**Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.**

**Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.**

**Secretária: Srs. Deputados, passo a anunciar o resultado da votação:**

- **23 votos a favor do PS,**
- **11 votos a favor do PSD,**
- **2 votos a favor do PP,**
- **5 votos contra do PS,**
- **2 votos contra do PSD,**
- **2 votos contra do PCP,**
- **1 voto de abstenção do PS,**
- **4 votos de abstenção do PSD.**

**Sendo assim, como se encontram na Sala 50 Srs. Deputados, o diploma registou 36 votos a favor, por isso foi reconfirmado.**

**Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.**

**Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

**Uma breve declaração de voto em nome do Grupo Parlamentar do PCP, nos termos do Regimento.**

**Como acabámos de ver, a Assembleia Legislativa Regional, por dois terços dos seus votos, acabou de aprovar o Decreto Legislativo Regional referente à tourada com sorte de varas picadas, para a Ilha Terceira.**

**O que sempre esteve em causa desde o primeiro minuto era saber se esta matéria legislativa era aprovada, ou se não era.**

**Nós não tivemos a fazer nenhum voto sobre o veto do Sr. Ministro da República. Nós não tivemos nenhum voto sobre o Acórdão do Tribunal Constitucional.**

**Desde o primeiro minuto, o que a Assembleia Legislativa Regional tinha que fazer era confirmar ou não.**

**O PCP teve sempre esse entendimento, expressou-o à Câmara e votou em conformidade. Votou em perfeita coerência com a posição que sempre assumiu.**

O PCP não deu nenhum contributo para mistificar este problema. Outros deram.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS/PP votou, nesta matéria, com a convicção de quem, para além de acreditar na Autonomia, acredita na democracia.

Ainda no último plenário, uma maioria nesta Câmara aprovou este diploma. Portanto, não estava aqui em discussão, para nós, como para todos aqueles que eventualmente tenham algumas noções sobre esta matéria, se se voltaria a votar o mesmo diploma, porque, desde logo, não é frequente nem é normal que se vote duas vezes o mesmo diploma.

Este processo existe sobretudo para isso, não para defraudar a democracia que já tinha existido internamente nesta Casa, mas sim para confirmar ou não aquela que era a razão da inconstitucionalidade.

Das duas uma: ou se expurga ou se confirma.

Nós quisemos de uma forma clara e convicta dizer aqui, independentemente das opiniões que tenhamos sobre a matéria do diploma que já estava aprovado, que não tínhamos qualquer dúvida sobre a sua aprovação.

Os Açores e os açorianos têm sempre a possibilidade de legislar hoje e no futuro, seja num sentido ou noutro, mas têm sempre essa possibilidade que não poderá ser retirada, porque é do mais elementar que existe, que uma Autonomia possa legislar sobre espectáculos, sejam eles quais forem.

Portanto, não faz sentido que por alguns preconceitos em relação a matérias em concreto, nos pudesse ser retirada essa mesma competência que nos pertence por direito.

Foi um contributo da Autonomia e foi com essa convicção que votámos esta matéria sem qualquer dúvida ou imagem para dúvidas, até sobre o processo legislativo que está aqui em discussão.

Presidente: **Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.**

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:**

**O Grupo Parlamentar do PSD não tomou uma posição comum, como se viu. Cada Deputado exerceu livremente o seu voto, observando na motivação do seu voto, toda a complexidade deste processo legislativo.**

**Aliás, cada um dos Srs. Deputados, que poderão fazer a sua declaração de voto por escrito, terão oportunidade de fundamentar, nestes termos, a votação, invocando o seu convencimento de que aqui se trata de uma confirmação de interesse específico nesta matéria. Portanto, no exercício de uma competência da Assembleia Legislativa Regional.**

**Nessa medida, a nossa convicção é diferente da que foi exposta pelo Sr. Deputado Decq Mota, na sua declaração de voto.**

**Não se exclui na motivação de cada voto, a complexidade total da motivação.**

**Portanto, há motivação de voto pela substância da matéria, mas também pelo procedimento constitucional de uma reconfirmação, porque tem a convicção de que há interesse específico nesta matéria.**

**Cada um dos Srs. Deputados, na sua declaração de voto, por escrito, há-de expressar a motivação do voto e não se pode inferir a exclusão desta motivação baseada na existência de interesse específico.**

Presidente: **Srs. Deputados, vamos suspender os nossos trabalhos por alguns minutos.**

**Agradecia aos líderes parlamentares para se aproximarem da Mesa para termos uma conversa muito breve.**

*(Eram 19 horas e 15 minutos)*

Presidente: **Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.**

*(Eram 19 horas e 20 minutos)*

**Passamos ao ponto 2 da nossa ordem de trabalhos – Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre a “Constituição e manutenção das reservas de segurança de produtos de petróleo”.**

**Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.**

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): **Sr. Presidente, Srs. Deputados: Trata-se de uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que visa fazer uma adaptação à Região Autónoma dos Açores do Decreto-Lei.**

**É uma proposta muito simples sobre a reservas de segurança dos produtos petrolíferos.**

**É constituída por 4 artigos. É apenas uma mera adaptação.**

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.**

Deputado Lizuarte Machado (*PS*): **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

**A Directiva 64/414/CE, do Conselho, de 20 de Dezembro de 1968, obriga os Estados-Membros da Comunidade Europeia a manterem um nível mínimo de existência de petróleo e/ou produtos petrolíferos para que possa fazer face a qualquer dificuldade, mesmo temporária, por se entender que a Comunidade deve estar em condições de compensar, ou pelo menos atenuar, quaisquer efeitos prejudiciais decorrentes de uma tal situação.**

**De acordo com esta Directiva, cabe aos Estados-Membros adoptar todas as disposições legislativas, regulamentares e administrativas para manter em toda a Comunidade o nível de existência de produtos petrolíferos, equivalente a pelo menos 90 dias de consumo interno/diário/médio.**

**O Decreto-Lei nº 10/2001, de 23 de Janeiro, sistematizou e juntou num único diploma a legislação relativa à constituição e à manutenção de reservas de segurança de produtos de petróleo em território nacional.**

**Por outro lado, o Decreto-Lei nº 339-D/2001, de 28 de Dezembro, veio permitir que o Estado autonomizasse a gestão de uma parte dessas reservas de segurança, aumentando o seu grau de controlo, reforçando o seu valor**

**estratégico, diminuindo, em simultâneo, o encargo das empresas petrolíferas em capital imobilizado.**

**Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional visa a adaptação orgânica deste diploma à Região, tendo em conta as nossas especificidades administrativas regionais.**

**Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação, na generalidade, deste diploma.**

**Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.**

**Secretária: O diploma foi aprovado, na generalidade, por unanimidade.**

**Presidente: Passamos à votação na especialidade.**

**Para este diploma existem algumas proposta de alteração, vindas da Comissão, subscritas pelo Grupo Parlamentar do PS.**

**Para o artigo 1º existe uma proposta de alteração.**

**Está aberto o debate.**

***(Pausa)***

**Não havendo intervenções, vamos votar.**

**Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.**

**Secretária: A proposta de alteração para o artigo 1º foi aprovada por unanimidade.**

**Presidente: Passamos à votação da parte restante do artigo 1º.**

**Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.**

**Secretária: O artigo 1º foi aprovado por unanimidade.**

**Presidente: Para o artigo 2º também existe uma proposta de alteração.**

**Está aberto o debate.**

***(Pausa)***

**Não havendo intervenções, vamos votar.**

**Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.**

**Secretária: A proposta de alteração para o artigo 2º foi aprovada por unanimidade.**

**Presidente: Votemos a parte restante do artigo 2º.**

**Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.**

**Secretária: O artigo 2º foi aprovado por unanimidade.**

**Presidente: O artigo 3º trata apenas da epígrafe do artigo.**

**Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.**

**Secretária: A proposta de epígrafe para o artigo 3º foi aprovada por unanimidade.**

**Presidente: Votemos a parte restante do artigo 3º.**

**Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.**

**Secretária: O artigo 3º foi aprovado por unanimidade.**

**Presidente: O Sr. Deputado Francisco Sousa pede a palavra para...?**

**Deputado Francisco Sousa (PS): Para dar um esclarecimento à Mesa sobre o artigo 4º.**

**Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.**

**Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

**Na introdução do relatório diz-se que a Comissão propõe a eliminação do artigo 4º.**

**Por isso é necessário votar não o artigo 4º, mas a sua eliminação.**

**Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.**

**Vamos votar a proposta de eliminação para o artigo 4º.**

**Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.**

**Secretária: A proposta de eliminação para o artigo 4º foi aprovada por unanimidade.**

**Presidente: Passemos à votação final global.**

**Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.**

**Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, em votação final global, por unanimidade.**

**Presidente: O diploma baixa à Comissão para redacção final.**

**Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos – Proposta de Decreto Legislativo Regional que “aplica à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei nº 521/99, de 10 de Dezembro, (Regime das instalações de gás combustível em imóveis)”.**

**Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.**

**Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Trata-se também de uma adaptação de um Decreto-Lei nacional à Região Autónoma dos Açores.**

**São meras adaptações, necessárias que, no fundo, mantêm o conteúdo de todo o Decreto-Lei, a nível nacional.**

**É um Decreto-lei extremamente importante para a segurança das instalações de gás e a forma como elas devem ser implantadas e fiscalizadas.**

**Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação, na generalidade, deste diploma.**

**Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.**

**Secretária: O diploma foi aprovado, na generalidade, por unanimidade.**

**Presidente: Passamos à votação na especialidade.**

**Chegou mais um documento à Mesa, do Partido Socialista, a subscrever as propostas que vêm da Comissão.**

**Para o artigo 1º existe uma proposta de alteração que substitui integralmente o artigo.**

**Está aberto o debate.**

**Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.**

**Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

**Apenas uma observação muito rápida em relação a esta discussão na especialidade.**

**Gostaria apenas de fazer notar uma questão.**

**As propostas são subscritas pelo Partido Socialista e foram unânimes na Comissão, só que houve uma proposta de forma. Não se trata sequer de uma questão de forma. Tem a ver com um problema mais genérico que é o facto de se verificar nas Comissões que chegam propostas do Governo muito mal elaboradas, não só em termos jurídicos, mas também em termos de português. É o caso desta.**

**Há aqui um conjunto de artigos novos que dizem exactamente o mesmo, mas com muito mais rigor e com uma metodologia de trabalho muito adequada.**

**Não queria deixar passar esta oportunidade porque penso que estas coisas podem ser, dentro da Administração Pública, em geral, muito melhoradas.**

**Lembro-me que na Comissão, por exemplo, todos estranhámos fortemente o artigo 1º da Proposta de Decreto Legislativo Regional que dizia que era tornado extensivo. Portanto, usava um português que não se usa habitualmente neste tipo de documentos.**

**Fica este reparo. Não o faço pessoalmente por mania ou tentativa de primor. Faço-o em nome do Grupo Parlamentar do PCP, sabendo que estamos a contribuir para que estas situações possam ser melhor resolvidas na própria entidade proponente que é o Governo Regional.**

**Muito obrigado.**

**Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.**

**Deputado Dionísio Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:**

**Complementando um pouco aquilo que acabou de ser dito pelo Sr. Deputado José Decq Mota, gostaria de chamar a atenção para o facto de que tudo isso faz parte do desenvolvimento normal do processo legislativo, acrescentando um outro aspecto que também é normal, isto é, de que seja o órgão que define a forma definitiva do diploma, que o adapte ao estilo próprio desse órgão.**

**Portanto, haverá possivelmente divergências de terminologia, de forma, no órgão autor do diploma em relação ao resultado final, mas faz parte do processo de adaptação, de terminologia e de formulação de determinados aspectos.**

**Quanto à entrada em vigor, por exemplo, costumamos a indicá-la explicitamente apenas quando há urgência para isso. Portanto, neste diploma acontece o que aconteceu no diploma anterior, em que se entende eliminar o artigo 5º. Desde já, chamo a atenção para este aspecto, salientando esse conjunto de perspectiva sobre a matéria.**

**Obrigado.**

**Presidente: Passamos à votação desta proposta de alteração.**

**Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.**

**Secretária: A proposta de alteração para o artigo 1º foi aprovada por unanimidade.**

**Presidente: Passamos à votação dos artigos 2º, 3º e 4º, se os Srs. Deputados não se opuserem.**

**Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.**

**Secretária: Os artigos 2º, 3º e 4º foram aprovados por unanimidade.**

**Presidente: Para o artigo 5º existe uma proposta de eliminação.**

**Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.**

**Secretária: A proposta de eliminação para o artigo 5º foi aprovada por unanimidade.**

**Presidente: Passemos à votação final global.**

**Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.**

**Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, em votação final global, por unanimidade.**

**Presidente: O diploma baixa à Comissão para redacção final.**

**Passemos ao ponto seguinte – Proposta de Decreto Legislativo Regional - “desafecção do regime florestal de uma parcela de terreno baldio no núcleo florestal da Achada, no perímetro florestal da Ilha Terceira”.**

**Para apresentar o diploma, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.**

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Ricardo Rodrigues*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:**

**A presente Proposta de Decreto Legislativo Regional visa desafectar meio hectare de terreno do núcleo florestal da Achada, uma vez que é pretensão da Junta de Freguesia de São Bento e também da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo a construção de um carregador de gado, nessa área.**

**Muito obrigado.**

**Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.**

**Deputado Francisco Oliveira (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

**Apenas para referir que o Grupo Parlamentar do PS apoia esta iniciativa do Governo Regional que, na senda de outras como ainda há pouco tempo tivemos aqui em relação às Doze Ribeiras, vem apoiando a criação destes carregadores que simultaneamente servem para o maneio do gado, em termos de transporte, como também para a sanidade animal, um sítio onde os lavradores possam concentrar o gado, nomeadamente aqueles que não possuam currais deste género nas suas próprias explorações.**

**É uma iniciativa de louvar e é um grande contributo a este nível que se dá aos lavradores, facilitando o maneio das suas manadas.**

**Muito obrigado.**

**Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.**

Deputado Bento Barcelos (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Secretários Regionais:

Para manifestar também, por parte do Grupo Parlamentar do PSD, a nossa concordância a esta iniciativa legislativa, à semelhança de outras, por forma a facilitar a operação e maneo dos animais, apoiando também as actividades dos agricultores, tendo a incidência de facilitar as operações no âmbito da sanidade animal.

Daí a nossa concordância.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação, na generalidade, deste diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretária: O diploma foi aprovado, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação na especialidade.

Para este diploma, não existem proposta de alteração.

Se os Srs. Deputados não se opuserem, vamos votar em conjunto os artigos 1º, 2º e 3º.

Está aberto o debate.

*(Pausa)*

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretária: Os artigos 1º, 2º e 3º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passemos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, em votação final global, por unanimidade.

Presidente: **Passamos ao ponto seguinte** – Projecto de Decreto Legislativo Regional que “cria o Conselho Consultivo para a Reconstrução”, **apresentado pelo Partido Comunista Português.**

**Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.**

Deputado José Decq Mota (**PCP**): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Cabe-me no início deste debate e como representante do Grupo Parlamentar proponente apresentar sucintamente as razões da iniciativa.

O que se propõe é simples, directo e está definido com toda a clareza: pretende-se que seja criado o Conselho Consultivo para a Reconstrução, por forma a que o referido processo de reconstrução continue a dispor de um órgão consultivo, depois da prevista extinção do CPR.

Ao apresentar este Projecto de Decreto Legislativo Regional o Grupo Parlamentar do PCP parte claramente do pressuposto que o processo de reconstrução em curso, estando num momento de transformação, está também num momento em que é importante que os decisores possam dispor de uma estrutura consultiva apta a emitir pareceres e formular as recomendações que tiver por pertinentes.

Uma estrutura consultiva deste tipo vale, como sabemos, pela importância que se lhe der.

No Conselho Consultivo para a Reconstrução, à partida, terão assento os intervenientes executivos principais, os autarcas municipais mais responsáveis dos concelhos afectados, os representantes dos órgãos da Administração com competências especializadas correlacionadas e os representantes das associações de sinistrados legalmente constituídas.

No Conselho Consultivo da Reconstrução, à partida, estarão pessoas a representar instituições que podem e devem contribuir, com a sua opinião, para que as orientações a estabelecer por quem de direito sejam o melhor fundamentadas e o mais adequadas possível.

O funcionamento regular e eficaz deste Conselho, uma vez criado, será certamente um contributo para a boa resolução de tudo quanto falta atingir no processo de reconstrução.

A criação do Conselho Consultivo da Reconstrução não traz encargos financeiros à reconstrução.

A criação do Conselho Consultivo da Reconstrução, sendo um acto legislativo simples, será certamente o sinal de que estamos todos interessados em que a reconstrução, na nova fase organizativa em que vai entrar, seja eficaz e totalmente concluída.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há uma questão mais que quero apresentar a esta Câmara, sobre este projecto, com toda a clareza.

Quando o Grupo Parlamentar do PCP decidiu elaborar este Projecto de Decreto Legislativo Regional teve, naturalmente, que ter em conta todas as regras legais e regimentais ligadas ao processo legislativo comum.

De entre essas regras assume destaque a definição clara do objecto do diploma.

Neste contexto não é possível ser-se mais objectivo: Nós propomos a criação de um Conselho Consultivo para a Reconstrução, procurando apetrechar quem decide com um instrumento útil.

Nós não propomos que, através deste diploma, seja tratado qualquer outro problema relacionado com a reconstrução.

Nós não pensamos que seja sequer útil neste momento introduzir no debate político qualquer factor que contribua directa ou indirectamente para dificultar o sucesso das modificações em curso no processo.

Ao Governo Regional dos Açores cabe exercer a acção governativa essencial para desenvolvimento do processo de reconstrução.

À Assembleia Legislativa Regional dos Açores cabe, estatutariamente, a fiscalização dessa acção governativa que tem que ser sempre exercida até ao final do processo, competindo-lhe também criar todos os quadros legais necessários ou úteis ao bom desenvolvimento do processo.

Depois de todos os problemas de vários tipos que surgiram com o processo de reconstrução e que foram sempre largamente debatidos nesta Assembleia, chegámos

a um ponto em que se concluiu ser indispensável criar um novo instrumento operativo que pudesse fazer face ao financiamento em tempo útil e que pudesse responsabilizar-se pela execução de contratos-programas ligados ao processo de reconstrução.

Essa foi uma decisão de primeira importância tomada por esta Assembleia sob proposta do Governo.

Uma das questões mais candentes que se colocam é a de se saber se todos os casos não incluídos nas empreitadas públicas contratadas vão ser cabalmente resolvidos, quer seja através do novo instrumento operativo, quer seja por outra via.

**A Resolução 16/2001 aprovada por esta Assembleia mantém toda a actualidade, porque ela recomenda a adopção de outras e novas orientações que possibilitem, em termos efectivos, a resolução desses casos.**

Cabe, naturalmente, ao Governo Regional tomar as decisões sobre esta matéria, mas cabe a esta Assembleia continuar a actuar para que a sua opinião expressa seja acolhida.

**Certamente que todos nós não deixaremos de actuar neste sentido.**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Esta nossa iniciativa de propor a constituição do Conselho Consultivo da Reconstrução só pode ser considerada como um contributo no sentido de valorizar o processo de reconstrução.

Este projecto de diploma trata da interligação dos decisores executivos com a sociedade, o poder local e instâncias especializadas da administração.

Manter esta vertente de trabalho activa é importante para a normalidade do processo, em tudo o que falta.

Por isso esperamos a aprovação do Projecto de Decreto Legislativo Regional.

Disse.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

**Deputado Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este Projecto de Decreto Legislativo Regional que cria o Conselho Consultivo para a Reconstrução, é um daqueles diplomas que pelos seus objectivos, pela sua natureza, melhorado com uma ou outra alteração que se possa a vir introduzir nele, é consensual, pacífico e por isso mesmo destinado a ter um percurso calmo e uma aprovação sem problemas, nesta Assembleia.

Infelizmente, o Partido Socialista, na Comissão de Política Geral, com o voto favorável do Partido Comunista Português, de uma forma discutível, eticamente censurável e politicamente incompreensível, resolveu acrescentar um artigo a este pacífico diploma.

Através deste artigo, esta proposta de Decreto Legislativo Regional irá extinguir a Comissão do Sismo. É isso que nós não aceitamos e por isso não aprovamos este diploma. O Grupo Parlamentar do PSD irá abster-se na generalidade, porque não aceitamos que a bondade com que ele foi aqui apresentado, sirva de pretexto para um objectivo pernicioso e condenável, que é a extinção da Comissão do Sismo.

Nós desafiamos os Srs. Deputados proponentes daquela inconveniente proposta, uma vez que ainda estão a tempo de reconsiderar, para retirarem o artigo com que macularam a bondade deste diploma, evitando com isso que a Comissão do Sismo seja extinta à boleia de um diploma que, como aqui foi dito, não tinha nada a ver com esse objectivo que agora acrescentaram.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** *Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, não deixar o desafio do Sr. Deputado Costa Pereira sem resposta.

A resposta é exactamente a de que o Sr. Deputado pode discordar de um conjunto de matérias em relação às propostas do PS. Recordo que na Comissão não discordou, reservou a sua posição para plenário.

Vem falar em formas eticamente censuráveis?! Em macular a bondade da proposta?! O Sr. Deputado vai ter que explicar, perante esta Assembleia, o que é que quer dizer com “eticamente censurável” e com “macular a bondade da proposta”, porque é isto

que é preciso esclarecer neste momento.

Se o Sr. Deputado julgava que fazia o desafio, utilizava esses adjectivos perniciosos para qualificar a atitude do Grupo Parlamentar do PS e saía dessa forma, está muito enganado.

Eu, em nome do Grupo Parlamentar do PS, desafio-o em esclarecer o que é eticamente censurável, em nós exercermos o poder que temos.

O que é que há pernicioso?

O que é que há de macular?

Que o senhor censure a oportunidade política, o sentido material da proposta... perfeitamente legítimo. Está no seu pleno direito e acho que se discorda deve fazê-lo, mas o senhor passou das marcas e quero saber o que é que o leva a passar das marcas.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

**Deputado Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Quem tem que dar explicações nesta Casa são os senhores e por uma razão óbvia.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Têm que explicar nesta Casa, nomeadamente perante o partido proponente deste diploma, por que é que em vez de apresentarem uma proposta assinada pelos senhores a dizer que querem acabar com a Comissão do Sismo – estavam no seu direito –...

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Está assinada por nós!

**O Orador:** ... aproveitaram a boleia de um diploma que cria o Conselho Consultivo para a Reconstrução, no âmbito do Governo Regional, para, na minha opinião, de uma forma eticamente censurável, acabarem com uma Comissão que tem a ver com esta Assembleia?

Os senhores estão a aproveitar um diploma que tem a ver com o Conselho Consultivo do Governo para acabar com uma Comissão que é desta Assembleia, que tem um papel fiscalizador e de acompanhamento da reconstrução. Objectivamente é

isto que eu considero censurável, aproveitar esse Projecto de Decreto Legislativo Regional, que é bom, positivo e que traz uma possibilidade de se fazer o aconselhamento do Governo na reconstrução, para acabar com uma Comissão da Assembleia.

Mais uma vez este é um acto em que os senhores contribuem para dar menoridade à Assembleia perante o Governo. Isso nós não aceitamos e consideramos eticamente censurável.

Se os senhores queriam acabar com a Comissão do Sismo, tivessem a coragem de apresentar uma proposta de resolução nesta Casa,...

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Está aqui a nossa proposta!

**O Orador:** ... assinada por baixo, a dizer que queriam acabar com a Comissão, para os sinistrados saberem quem é que propôs, mas não aproveitem a boleia de um outro partido, que apresenta um outro diploma de natureza diferente, para acabar com essa Comissão. É isso que nós não consideramos correcto e consideramos mesmo eticamente censurável.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Srs. Deputados, eu compreendo que se debata já este aditamento, mas gostaria de recordar que ainda estamos no debate na generalidade do diploma.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Costa Pereira:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista dá todas as explicações, como sempre tem dado, através dos Srs. Deputados Renato Leal, Lizuarte Machado, Hernâni Jorge e todos os outros que fazem parte da Comissão do Sismo, em relação a questões de recurso geral.

Isso para falar apenas no Grupo Parlamentar do PS, para já não falar do Governo Regional que também dá todas as explicações.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Aonde?

**Deputado Costa Pereira (PSD):** Depende!

**O Orador:** O senhor não venha aqui com a conversa do “eticamente censurável”. É algo que por eu considerar que é injusto, causa-me alguma... nem sequer sei como é

que hei-de dizer.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Então não diga!

**O Orador:** Sr. Deputado Costa Pereira:

Nós, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, estamos a passar menoridade a esta Assembleia?

O senhor já se esqueceu quem é que propôs esta Comissão do Sismo?

**Deputado Costa Pereira (PSD):** Por isso mesmo!

**O Orador:** O senhor já se esqueceu?

Eu lembro-o, foi o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O senhor sabe quem é que tinha a Presidência da Comissão Eventual para o Sismo?

Era o Deputado Renato Leal, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O senhor sabe quem é que tinha a maioria na Comissão Eventual do Sismo?

Era o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O trabalho sempre foi feito como deveria ter sido.

Em relação a esta matéria o Sr. Deputado não me venha fazer processos de intenções em relação àquilo que diz ou deixa de dizer o PS.

Segundo aspecto:

Coragem do Partido Socialista?

Com todo o respeito, Sr. Deputado, eu não lhe reconheço legitimidade para vir falar em coragem do Partido Socialista.

A proposta está aqui, é assinada por Deputados do PS e na Assembleia e em qualquer lugar é assumida clara e inequivocamente como uma proposta do Partido Socialista.

Em relação a esta questão estamos esclarecidos.

O problema aqui, Sr. Deputado Costa Pereira, é outro, mas lá vamos quando entrarmos na discussão do diploma.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Como certamente todos repararam, eu fiz a apresentação do diploma na tribuna. Na

segunda parte da minha intervenção faço uma referência a esta matéria num determinado sentido, porque tive o entendimento de que a questão suscitada, e todos nós já tínhamos conhecimento dela através do relatório e da comunicação social, deverá ser discutida na especialidade quando a respectiva proposta aparecer.

No entanto, a evolução que a situação teve em relação a este particular, quer pela intervenção do Sr. Deputado Costa Pereira, quer pela intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, obriga-me, como representante do partido proponente, a que faça um comentário sobre esta matéria muito embora vá reservar as argumentações ou os pontos de vista que tenho para pôr, para a discussão na especialidade.

O comentário que gostaria de fazer é mais de forma do que de conteúdo, porque não deixa de ser estranho que no Projecto de Decreto Legislativo Regional que tem um objecto muito claro e muito pormenorizadamente definido, que é a criação de uma determinada estrutura de natureza consultiva, se procure tomar uma medida alteradora daquilo que a Assembleia Legislativa Regional faz e continuará a fazer sempre, que é a fiscalização da actividade governativa, no que respeita à reconstrução.

Como é sabido, a Assembleia tem não só o direito mas também o dever de fazer essa fiscalização e fá-lo-á certamente pela Comissão Especializada Permanente.

Evidentemente que é uma opção política e devo dizer que em última análise é uma opção política que a bancada do Partido Socialista toma, diferente da opção política da bancada do PCP. Tem a ver fundamentalmente com o momento.

No nosso entendimento, como já tive diversos momentos para informar a maioria disso, acabar-se o acompanhamento da actividade governativa na reconstrução por uma Comissão Eventual, justificar-se-á a partir do momento em que estejam plasmadas todas as orientações, em relação a todos os casos.

A fiscalização da actividade governativa corrente, no que respeita às questões do orçamento, dos contratos programas para a nova empresa e de tudo o mais, pode muito bem ser feita através da Comissão Permanente que existe.

Há aqui um momento de calendário que depois argumentarei na altura própria.

Gostaria de dizer, não por palavras pesada, mas utilizando os meus vocábulos políticos, para ser o mais rigoroso possível que, do ponto de vista político, é abusivo

criar a ideia, que foi criada pelo momento e por declarações, de que este conselho consultivo é o substitutivo da Comissão Eventual.

Isso, do ponto de vista político, não é rigoroso, não é verdade. Pode não existir Comissão Eventual, mas o papel da Assembleia está salvaguardado pelo Regimento, pelo Estatuto, etc. ....

Em relação às questões de habitação, elas serão exercidas por uma Comissão presidida pelo Partido da Oposição, o PSD.

É abusivo procurar trazer-se essa imagem para a opinião pública e, como representante do partido proponente, não me conformo com essa perspectiva e com essa colocação, porque a nossa proposta é para se criar um conselho consultivo e não tem nada a ver com a forma como a fiscalização da actividade governativa é desenvolvida.

Gostava ainda de dizer que muitas vezes na linguagem corrente, referindo-nos à Comissão, designamos por Comissão do Sismo, mas lembro o seu verdadeiro nome: Comissão Eventual de Acompanhamento da Actividade Governativa na Reconstrução.

Portanto, é uma comissão de acompanhamento da actividade governativa e não tem nada a ver com o conselho consultivo. Conselho Consultivo teve o CPR durante o tempo que existiu. É uma coisa de outra dimensão, com outra função.

Tentar criar na opinião pública uma mistura entre estas duas questões, não é aceitável, do ponto de vista político e na nossa óptica.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Decq Mota:

Com o mesmo rigor e com as palavras pesadas, sabe o que é que eu considero abusivo?

Eu considero abusivo Deputados desta Casa dizerem que pelo facto de acabar a Comissão Eventual de Acompanhamento da Actividade Governativa...

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Eu nunca disse isso!

**O Orador:** Não. Não foi o senhor que o disse.

... do Sismo de 9 Julho, a Assembleia fica afastada neste processo. Isso é abusivo! Primeiro, porque isso não é verdade e porque quem disse isso sabe que não é verdade.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Então por que é que criaram a Comissão?

**O Orador:** Em relação a esta matéria é isso que é abusivo, é querer-se criar a ideia consciente e premeditadamente de que o Partido Socialista estaria a retirar a Assembleia do processo da reconstrução. Isso é falso!

Só quem tiver preguiça ou não tiver coragem é que não fará esse acompanhamento na Comissão de Política Geral que, por acaso, até é presidida pelo PSD...

**Deputado Manuel Arruda (PSD):** E o que é que isso tem a ver?

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sempre foi!

**O Orador:** ... e isso dá bem nota de que não nos move aqui qualquer intenção política.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Há dois anos atrás não havia essa Comissão?

**O Orador:** Há algo que neste momento fica desde já esclarecido: da mesma forma que houve todo o empenho de na Comissão Eventual trabalhar e acompanhar a actividade governativa, os Deputados do PS, na Comissão de Política Geral, continuarão com o mesmo entendimento.

Em relação a esta questão, que me parece de sobremaneira essencial, gostaria de dizer que no meio de tudo isto, muitas das vezes tende-se a perder de vista aquilo que é objectivo.

O Sr. Deputado Costa Pereira interpelou para nós explicarmos.

Sr. Deputado Costa Pereira, se regimentalmente é possível, se não há nenhum impedimento (há discordâncias de oportunidade política? São legítimas, certamente!) por que razão é que não podemos fazer?

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Mas, politicamente, expliquem!

**O Orador:** Politicamente está explicado, porque entendemos que na fase em que o processo está, não se justifica uma Comissão Eventual. O acompanhamento pode ser dado pela Comissão de Política Geral.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Já acabou a reconstrução!

**O Orador:** Não acabou, mas está a acabar!

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sabe quanto é que falta para terminar?

**O Orador:** Em relação a esta matéria, Sr. Presidente, parece-me que nesta questão o problema radica exactamente aqui: o PSD está incomodado!

**Deputado Mark Marques (PSD):** Não!

*(Risos do Deputado Mark Marques)*

**O Orador:** Não se ria! Se não estão incomodados, que raio de intervenção foi aquela? É óbvio que estão incomodados!

Há aqui regras regimentais que são fixadas.

Se há aqui uma coisa que está muito perto de ser “eticamente censurável”, é querer-se criar uma ideia errada. A ideia que está errada neste processo, Sr. Deputado Costa Pereira, é, sabendo que isso não acontece, dizer que a Assembleia está afastada do processo.

A Assembleia continua a estar neste processo. Pode continuar a fiscalizar, pode continuar a acompanhar e os sinistrados têm uma Comissão a quem recorrer. Não é isso que deixará de acontecer, por proposta do Partido Socialista.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Atingimos a nossa hora regimental para encerramento dos nossos trabalhos.

Pedia aos Presidentes dos Grupos Parlamentares que se acercassem da Mesa.

Boa noite.

*(Eram 20 horas)*

***Deputados que entraram durante a Sessão:***

***Partido Socialista (PS)***

**António das Neves Lopes Gomes**

**Manuel Herberto Santos da Rosa**

**Óscar Manuel Valentim da Rocha**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**José Joaquim Ferreira Machado**

**José Manuel Avelar Nunes**

***Deputados que faltaram à Sessão:***

***Partido Socialista (PS)***

**Andreia Martins Cardoso da Costa**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**Manuel da Silva Azevedo**

**Documento Entrado**

**Proposta de Decreto Legislativo Regional**

Cria o Fundo Regional do Emprego

Criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/88/A, de 11 de Março, o Gabinete de Gestão Financeira do Emprego tem vindo a desempenhar importantes tarefas como instrumento de financiamento das políticas de fomento do emprego e de apoio à qualificação profissional.

A experiência obtida com o seu funcionamento, a evolução do mercado de trabalho e o ênfase crescente colocado, a nível regional, nacional e comunitário, na formação profissional e na qualificação dos trabalhadores, aconselham a revisão do seu funcionamento, centrando a sua actividade de forma crescente nos aspectos de fomento da empregabilidade e de apoio às políticas de qualificação.

A experiência obtida na gestão de programas especificamente dirigidos ao aumento da empregabilidade dos jovens, nomeadamente através de medidas que visam a aquisição de conhecimentos, saberes e práticas por vias não formais, propiciadoras

de um projecto profissional estruturante, aconselham a que entre as atribuições cometidas a este fundo se integrem esses objectivos.

Por outro lado, dada a não existência de mecanismo de garantia das participações concedidas, o Gabinete de Gestão Financeira do Emprego acumulou ao longo da primeira metade da última década um conjunto de dívidas de difícil cobrança que interessa resolver. Assim, à semelhança do que foi anteriormente feito, cria-se um regime transitório de regularização de dívidas, acompanhado pela imposição da exigência de garantia real para todas as participações, válida até ao integral cumprimento das obrigações assumidas pelo beneficiário.

Assim, nos termos da alínea t) do artigo 60.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Governo Regional apresenta à Assembleia Legislativa Regional a seguinte proposta de Decreto Legislativo Regional:

### **Artigo 1.º**

#### **Designação e natureza**

1. O Gabinete de Gestão Financeira do Emprego passa a denominar-se Fundo Regional do Emprego, adiante designado por FRE.
2. O FRE é um fundo público dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, integrado na secretaria regional competente em matéria de emprego.

### **Artigo 2.º**

#### **Atribuições**

São atribuições do FRE:

- a) Colaborar na execução das políticas de emprego e de formação profissional definidas pelo Governo Regional;
- b) Assegurar o processamento e o pagamento dos apoios à criação e manutenção do emprego, à formação profissional, ao funcionamento do mercado social de emprego

e ao aumento da empregabilidade e qualificação dos jovens e à sua preparação para integração na vida activa;

c) Assegurar a cobrança e administrar as receitas resultantes da aplicação de coimas e multas em matéria laboral, de higiene e segurança no trabalho e matérias conexas;

d) Financiar acções e projectos de promoção e manutenção do emprego, de formação e reabilitação profissional, de higiene e segurança no trabalho e de apoio à mobilidade geográfica e profissional dos trabalhadores;

e) Aprovar, sempre que ocorram alterações substanciais das condições de execução das acções ou projectos, planos de reembolso ou reescalonamento das obrigações assumidas;

f) Gerir e administrar as verbas dos fundos comunitários no âmbito das suas atribuições;

g) Fiscalizar o cumprimento das obrigações dos empregadores e trabalhadores emergentes de diplomas relacionados com a criação, manutenção e recuperação de postos de trabalho e com o sistema de protecção no desemprego, empregabilidade e situações equiparadas;

h) Executar estudos e trabalhos de natureza técnica, com vista ao acompanhamento e controle de execução dos esquemas de financiamento atrás referidos;

i) Promover, financiar e acompanhar todas as acções conexas que se identifiquem com as respectivas atribuições.

### **Artigo 3.º**

#### **Órgãos**

1. O FRE dispõe dos seguintes órgãos:

a) O presidente do conselho de administração;

b) O conselho de administração;

c) O conselho fiscal.

2. O conselho fiscal pode ser substituída pela aquisição dos serviços de uma entidade legalmente habilitada a proceder à revisão oficial de contas.

3. As competências, composição e funcionamento dos órgãos do FRE, bem como as regras de recrutamento e remuneração dos seus titulares, são fixados na orgânica do serviço que dê apoio logístico e administrativo ao FRE.

#### **Artigo 4.º**

##### **Receitas**

Constituem receitas do FRE:

- a) As verbas inscritas a seu favor no orçamento da Região;
- b) A parte das receitas provenientes da taxa social única que por lei se destine aos fins prosseguidos por este fundo;
- c) As verbas dos fundos comunitários que lhe sejam destinados;
- d) Os rendimentos provenientes da alienação e gestão do património que lhe esteja afecto;
- e) O produto de empréstimos e outras operações de crédito;
- f) Os juros, comissões, reembolsos e outros rendimentos resultantes das actividades financiadas;
- g) O produto da liquidação de dívidas relacionadas com os incentivos e participações concedidos, designadamente o proveniente da amortização dos incentivos e participações concedidos a título reembolsável e, em geral, das decorrentes da inexecução de obrigações por parte dos beneficiários;
- h) Todas as receitas cometidas por lei ou contrato aos extintos Fundo de Desemprego e Gabinete de Gestão Financeira do Emprego;
- i) Quaisquer outros rendimentos que por lei ou contrato lhe devam pertencer.

#### **Artigo 5.º**

##### **Despesas**

Constituem despesas do FRE:

- a) As relativas ao funcionamento e cumprimento das respectivas obrigações;
- b) Os custos com a aquisição dos bens e serviços;

c) Quaisquer outros relacionados com a prossecução das suas atribuições.

## **Artigo 6.º**

### **Garantia**

1. Quando sejam a qualquer título reembolsáveis, ou quando a razão de atribuição da comparticipação envolva o cumprimento de qualquer obrigação, o FRE não poderá efectuar o pagamento de qualquer comparticipação, a qualquer título, sem que seja prestada pelo beneficiário garantia bastante, válida até extinção total das obrigações assumidas.

2. Excepto quando, por despacho conjunto dos secretários regionais competentes em matéria de finanças e de emprego, seja aceite outra forma de garantia eficaz, a garantia a que se refere o número anterior assumirá a forma de garantia bancária.

## **Artigo 7.º**

### **Cobrança coerciva de dívidas**

A cobrança coerciva das dívidas ao FRE será efectuada pelo processo das execuções fiscais, constituindo título executivo a certidão de dívida, passada pelos respectivos serviços, devidamente autenticada com o selo branco em uso no organismo.

## **Artigo 8.º**

### **Apoio logístico e administrativo**

O apoio logístico e administrativo ao funcionamento do FRE é assegurado pelos serviços da secretaria regional competente em matéria de emprego.

## **Artigo 9.º**

### **Normas transitórias**

1. Os beneficiários devedores ao Gabinete de Gestão Financeira do Emprego bem como aqueles que celebraram acordos de regularização ao abrigo da Resolução nº 34/2002, de 7 de Fevereiro, podem, através de acordo, regularizar a sua dívida e respectivos juros de mora, consolidada em 31 de Dezembro de 2002, nas seguintes condições:

a) O pagamento integral das quantias em dívida ocorrerá num período não superior a dez anos;

b) Os pagamentos serão feitos em prestações mensais iguais ou progressivas;

c) Poderá ser concedido um período de carência de seis meses para as prestações de dívida consolidada a contar da data da celebração do acordo.

2. O prazo para pagamento em prestações será adequado, caso a caso, às possibilidades emergentes da análise económico-financeira dos elementos históricos e previsionais a fornecer pelas entidades devedoras.

3. A dívida consolidada referida no nº 1 incluirá apenas 50% dos juros vencidos, considerando-se enexigíveis os restantes.

4. Quando se trate de dívidas resultantes do incumprimento parcial de obrigações assumidas, apenas é exigível o valor da dívida e respectivos juros referentes à parte não cumprida.

5. Beneficiam do presente regime extraordinário de regularização de dívidas, nas condições referidas nos números anteriores, os devedores FRE que o requeiram até 90 dias contados da data de entrada em vigor do presente diploma.

## **Artigo 10.º**

### Disposições finais

1. O FRE sucede em todos os direitos e obrigações ao Gabinete de Gestão Financeira do Emprego.

2. As referências feitas em diploma ao Gabinete de Gestão Financeira do Emprego e ao seu conselho directivo entendem-se reportadas ao FRE e ao seu conselho de administração.

3. São revogados o Decreto Regulamentar Regional n.º 38/83/A, de 30 de Agosto, o Decreto Legislativo Regional n.º 6/85/A, de 9 de Maio, o Decreto Legislativo Regional n.º 22/86/A, de 28 de Outubro, e o Decreto Legislativo Regional n.º 5/88/A, de 11 de Março.
4. O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, Ponta Delgada, em 31 de Janeiro de 2003.

**O Presidente do Governo Regional:** *Carlos Manuel Martins do Vale César*

---

### **DECLARAÇÃO DE VOTO**

*relativa à apreciação do Veto de Sua Excelência o Ministro da República ao Decreto Legislativo Regional n.º 32 – “Adaptação à Região da Lei n.º 92/95, de 12 de Setembro, alterada pela Lei n.º 19/2002, de 31 de Julho”.*

Tive ocasião de dizer nesta Assembleia, aquando da primeira discussão deste tema, que estamos perante matéria que repugna ao povo da ilha Terceira e aos açorianos em geral.

Ora, não pode haver interesse específico quando a Assembleia Legislativa Regional legisla contra os interesses do povo que a elegeu.

O que se passou hoje, aqui, é incompreensível e dá boa nota do real grau de distanciamento que existe entre o povo açoriano e esta Assembleia.

Há um abismo a separá-los!

O acto que hoje foi levado a cabo nesta Assembleia terá ainda como consequência expor perante uma opinião pública nacional e internacional hostil todo o espectro da vivência taurina das populações das ilhas Terceira, S. Jorge e Graciosa.

Por conta de touradas picadas que o nosso povo repudia, poderemos assistir em breve à contestação das próprias touradas à corda - essas, sim, uma manifestação de raiz cultural profunda e que estamos obrigados a defender, por ser de relevante interesse específico.

Assim, esta Assembleia Legislativa Regional presta um duplo mau serviço, legisla contra o povo e contra a Constituição e expõe as verdadeiras tradições de três ilhas, mas sobretudo da Terceira, à devassa - num processo que não sabemos onde poderá parar.

Termino como comecei a minha intervenção nesta Assembleia aquando da discussão deste assunto pela primeira vez.

Hoje é um dia negro para a Autonomia e para este Parlamento em particular.

Sala das Sessões da ALRA, 19 de Fevereiro de 2003.

**O Deputado Regional, Aires António Fagundes Reis**

---

## DECLARAÇÃO DE VOTO

Votei contra a confirmação do Decreto Legislativo Regional nº 32 – “Adaptação à Região Autónoma da Lei nº 92/95, de 12 de Setembro, alterada pela Lei nº 19/2002, de 31 de Julho”, aprovado por esta Assembleia na sequência do Veto de Sua Excelência o Ministro da República, por ser meu entendimento que não se tratava tão só da confirmação, ou não, da legitimidade desta Câmara em legislar sobre matérias de interesse específico, mas antes a confirmação, ou não, do diploma em questão.

Deste facto derivou a minha apreciação de que não se podia cindir e expurgar a matéria substantiva do referido diploma das questões atinentes ao exercício desta Assembleia relativas ao fortalecimento da autonomia Político-Administrativa da Região.

Horta, 20 de Fevereiro de 2003

**A Deputada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, *Maria Fernanda da Silva Mendes.***

---

## **DECLARAÇÃO DE VOTO**

O desconhecimento, por um lado, e a manutenção de práticas ancestrais, por outro, manifestam o desprezo dos mais elementares direitos dos animais, cometendo o Homem, nessas circunstâncias, violências injustificadas, infligindo desnecessariamente aos animais graves lesões, sofrimento cruel e prolongado ou até mesmo a morte.

Todo o animal possui direitos, e estes devem ser defendidos pela lei como os direitos do homem, assim o determinou a Declaração Universal dos Direitos do Animal, proclamada na UNESCO, em 15 de Outubro de 1978.

Acolhendo esta perspectiva, os Deputados subscritores votaram contra – na generalidade, na especialidade e na votação final – o projecto de decreto legislativo regional sobre a adaptação à Região da Lei n.º 92/95, de 12 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei 19/2002, de 31 de Julho, autorizando, com carácter excepcional, a realização de espectáculos tauromáquicos com “sorte de varas”, quando se trate de tradição local mantida, pelos menos, ao longo dos últimos 10 anos.

Não obstante o sentido de voto dos subscritores o sobredito projecto legislativo foi aprovado maioritariamente pelo Plenário da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Recebido o Decreto da Assembleia Legislativa Regional n.º 32/2002 para assinatura, Sua Excelência o Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores requereu, no uso dos poderes constitucionais e estatutários que lhe são conferidos e

em processo de fiscalização preventiva, a apreciação da constitucionalidade de todas as suas normas.

O Tribunal Constitucional, pelo Acórdão 473/2002, pronunciou-se pela inconstitucionalidade de todas as normas do Decreto da Assembleia Legislativa Regional n.º 32/2002, por violação do n.º 4 do artigo 112.º e da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição, ou seja, concluiu o douto tribunal pela inexistência de interesse específico que legitimasse o exercício pela Região do seu poder legislativo nesta concreta circunstância.

Na dita pronuncia, o Tribunal Constitucional manifesta uma interpretação restritiva das normas constitucionais e estatutárias enquadradoras do conceito de interesse específico.

Essa perspectiva redutora dos poderes legislativos regionais não é inaceitável, na certeza de que a Região legislou – embora em sentido contrário às opções materiais dos subscritores – com toda legitimidade e em absoluto respeito pelas normas do n.º 4 do artigo 112.º, da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 227.º e do artigo 228.º da Constituição.

Por ser assim, e discernindo claramente as questões material e formal, os Deputados subscritores, aquando da apreciação em Plenário da matéria controvertida – existência ou inexistência de interesse específico regional – votaram pela confirmação do Decreto da Assembleia Legislativa Regional n.º 32/2002.

Horta, Sala das Sessões, 19 de Fevereiro de 2003

**Os Deputados Regionais,** *Hernâni Jorge, Francisco Sousa, Fernando Lopes, Manuel Silveira e António Gomes.*

---

**A Redactora:** *Maria da Conceição Fraga Branco*